Eletroriver S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes aos Períodos de Três e Seis Meses
Findos em 30 de Junho de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Antônio de Albuquerque, 330
12º andar
30112-010 - Belo Horizonte - MG
Brasil

Tel.: + 55 (31) 3269-7400
Fax: + 55 (31) 3269-7470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, ao Conselho e à Administração da
Eletroriver S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Eletroriver S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

50227

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

1. INTRODUÇÃO

A administração da Eletroriver S.A. (“Companhia” ou “Eletroriver”), sociedade anônima de capital aberto, registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como categoria “B” desde julho de 2022, em cumprimento às determinações legais, apresenta o resultado do segundo trimestre de 2025. Os valores estão expressos em milhares de reais e fazem referência às informações financeiras intermediarias consolidadas da Companhia.

Constituída em 28 de maio de 1997, a Eletroriver tem por objeto social a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como a promoção e/ou participação em empreendimentos privados de geração e distribuição de energia elétrica, deles se tornando ou não sócia, controladora ou não, compreendendo: (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica; (b) o gerenciamento da obtenção e adequação dos recursos necessários para implantação dos mencionados empreendimentos; (c) implantação, com participação societária ou não, de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (d) a importação e/ou exportação de mão de obra, tecnologia e equipamentos, bem como suas peças e acessórios, necessários às atividades mencionadas nas alíneas anteriores; (e) participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista; e (f) a participação como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Seu controle acionário é detido pela CS Energia S.A., companhia de capital fechado, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, titular de ações representativas de 65,97% do capital social da Companhia.

Sua atuação está concentrada na gestão dos seus investimentos no capital social da BSB Energética S.A. (“BSB”) e da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), investida que detém, indiretamente, o controle acionário de 13 (treze) sociedades de propósito específico (“SPEs”) titulares, respectivamente, de autorizações emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração do potencial hidrelétrico de 13 (treze) pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), com potência instalada total de 291,5MW, localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, todas inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”).

A Brasil PCH, por sua vez, tem como únicas acionistas a Companhia e a BSB, titulares, respectivamente, de ações representativas de 70,00% e 30,00% do seu capital social. Assim, uma vez que a Companhia detém o controle acionário da BSB, sendo titular de ações representativas de 91,00% do capital votante, sua participação direta e indireta no Grupo Brasil PCH soma 97,30%.

2. INDICADORES

2.1. Financeiros e Patrimoniais Gerais

Visão geral: Os diretores entendem que, a partir da análise e revisão das informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia, essa apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos aspectos indicados abaixo. Apesar disso, a Companhia não pode garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando os riscos inerentes ao seu ramo de atividade bem como das suas controladas.

Disponibilidade de caixa: Em 30 de junho de 2025, a Companhia encerrou o período com saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras no valor de R$ 136.741 (R$ 127.029 em 31 de dezembro de 2024), representando aumento de R$ 9.712, equivalente a 7,65%, devido ao caixa gerado pelas

operações (R$ 191.441), parcialmente compensado, principalmente, pelo pagamento de Debêntures (R$ 165.292) e Instrumentos Derivativos (R$ 14.974).

Endividamento líquido: O endividamento líquido da Companhia é calculado pelo valor total dos passivos, subtraído dos montantes registrados em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido no período findo em 30 de junho de 2025 comparado com 31 de dezembro de 2024:

Indicadores financeiros (R$ mil)		Em	
		30/06/2025	31/12/2024
	Dívida Bruta[1]	2.431.053	2.578.539
(-)	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	136.741	127.029
(=)	Dívida Líquida[2]	2.294.312	2.451.510

A redução da dívida líquida no montante de R$ 157.198, equivalente a 6,41%, deve-se, principalmente, a redução das rubricas de debêntures a pagar (R$ 132.817) e de prêmio de repactuação (R$ 105.883), bem como do saldo dos impostos, contribuições e taxas a pagar (R$ 24.441), parcialmente compensado pelo aumento do saldo de dividendos a pagar (R$ 139.068).

Indicadores Financeiros: Os indicadores financeiros utilizados pela Companhia são o índice de liquidez corrente e o índice de liquidez geral.

O índice de liquidez corrente é calculado pela razão do (i) saldo do ativo circulante pelo (ii) saldo do passivo circulante. O quadro a seguir traz o respectivo indicador para o período findo em 30 de junho de 2025, comparado com o apurado em 31 de dezembro de 2024:

Liquidez Corrente	Em	
(R$ mil)	**30/06/2025**	**31/12/2024**
Ativo Circulante (i)	227.726	323.091
Passivo Circulante (ii)	842.935	699.674
Liquidez Corrente ((i)/(ii))	0,27	0,46

Entre os períodos analisados, a capacidade da Companhia em honrar suas obrigações no curto prazo, apresentou redução de 41,30%, atingindo o índice de 0,27x, frente aos 0,46x apurados em 31 de dezembro de 2024, devido, principalmente, à redução do valor a receber de clientes (R$ 101.846), bem como à elevação dos dividendos a pagar (R$ 139.068), debêntures a pagar no curto prazo (R$ 104.794), e empréstimos CCB (R$ 30.625).

Já o índice de liquidez geral é calculado pela razão do (a.1) saldo do ativo circulante somado ao (a.2) ativo não circulante pelo (b.1) passivo circulante acrescido do (b.2) passivo não circulante. O quadro a seguir traz a reconciliação do indicador nos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

[1] A Dívida Bruta é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Bruta não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

[2] A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes, descontada de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação.

Liquidez Geral	Em	
(R$ mil)	30/06/2025	31/12/2024
Ativo Circulante (a.1)	227.726	323.091
Ativo Não Circulante (a.2)	3.195.774	3.236.859
Passivo Circulante (b.1)	842.935	699.674
Passivo Não Circulante (b.2)	1.588.118	1.878.865
Liquidez Geral [(a.1) + (a.2) / (b.1) + (b.2)]	**1,41**	**1,38**

Em 30 de junho de 2025, o índice de liquidez geral atingiu o valor de 1,41x, superior (2,17%), ao apurado em 31 de dezembro de 2024 (1,38x), devido, principalmente, à redução do saldo de debêntures a pagar (R$ 132.817), do ajuste na rubrica prêmio de repactuação (R$ 105.883), redução do saldo dos impostos, contribuições e taxas a recolher (R$ 24.441), parcialmente compensado pelo aumento do saldo de dividendos a pagar (R$ 139.068), redução dos valores a receber de clientes (R$ 101.846), do imobilizado (R$ 23.736) e do intangível (R$ 18.112).

2.2. Estrutura de capital

Em 30 de junho de 2025, o patrimônio líquido consolidado da Companhia montava R$ 992.447, ao passo que, ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, somava R$ 981.411, apresentando, portanto, aumento (R$ 11.036) equivalente a 1,12%, devido, principalmente, aos lucros acumulados do período (R$ 143.679), parcialmente compensados pela aprovação da distribuição de dividendos (R$ 135.040) aos acionistas da Companhia.

Já os passivos totais apurados no período foram de R$ 2.431.053, representando redução de R$ 147.486, equivalente a 5,72%, frente ao valor apurado em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.578.539) devido, principalmente, a redução do saldo de debêntures a pagar (R$ 132.817), da redução referente ao ajuste do prêmio de repactuação do risco hidrológico (R$ 105.883), da redução do saldo dos impostos, contribuições e taxas a pagar (R$ 24.441), da redução da rubrica instrumento financeiro e derivativo – SWAP (R$ 10.542), parcialmente compensado pelo aumento do saldo de dividendos a pagar (R$ 139.068).

Assim, ao final do período findo em 30 de junho de 2025, a estrutura de capital da Companhia contemplava 28,99% de capital próprio (patrimônio líquido) e 71,01% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2024 era composta por 27,57% de capital próprio e 72,43% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimento	Em				2025x2024
	30/06/2025		31/12/2024		
	(R$ mil)	AV %	(R$ mil)	AV %	AH %
Patrimônio Líquido	992.447	28,99%	981.411	27,57%	1,12%
Passivo Total	2.431.053	71,01%	2.578.539	72,43%	(5,72%)
Total	**3.423.500**	**100,00%**	**3.559.950**	**100,00%**	**(3,83%)**

Os Diretores da Companhia entendem que a atual estrutura de capital, mensurada inclusive pela relação do seu passivo total e patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

2.3. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando as disponibilidades da Companhia, os valores registrados no passivo circulante a título de debêntures, cédula de crédito bancário (“CCB”) e SWAP Brasil PCH, bem como o fluxo de recursos decorrentes de seus investimentos, os diretores entendem que, na data de emissão deste relatório, o fluxo de caixa da Companhia está adequado às suas necessidades de curto prazo, conforme quadro abaixo:

Fluxo líquido de caixa	Exposição
(R$ mil)	30/06/2025
Caixa e equivalentes de caixa	136.741
Títulos de dívida inferiores a 1 ano (debêntures, CCB e SWAP Brasil PCH)	(520.795)
Endividamento líquido inferior a 1 ano	(384.054)

Nesse sentido, cumpre ressaltar que a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia está diretamente vinculada à geração de caixa e distribuição de dividendos pela BSB e pela Brasil PCH.

Assim, considerando o histórico de distribuição de dividendos pela BSB e Brasil PCH, ambos lastreados no resultado da operação das 13 (treze) PCHs, todas (i) inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA até os anos de 2028 ou 2029, conforme o caso, (ii) integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") e (iii) optantes pela Repactuação do Risco Hidrológico, na Modalidade SP100, os fluxos de caixa da Brasil PCH e, consequentemente, da Companhia apresentam, no entendimento da administração, estabilidade e previsibilidade compatíveis e adequados à gestão dos seus compromissos financeiros, conforme cronogramas pactuados.

Para mais informações sobre os fluxos de caixa dos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 vide item 3.2 abaixo.

2.4. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para o período findo em 30 de junho de 2025 e exercício social encerrado em 2024, foram utilizados como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes recursos oriundos de seus investimentos na BSB e na Brasil PCH.

No período findo em 30 de junho de 2025, registrou-se a geração operacional de caixa líquido de R$ 191.441 (R$ 215.651 em 30 de junho de 2024), representando redução de R$ 24.210, equivalente a 11,23%, devido, principalmente, ao aumento (R$ 14.521) do desembolso a título de imposto de renda e contribuição social, dos juros pagos sobre empréstimo CCB (R$ 14.227), parcialmente compensado pela redução dos juros pagos sobre debêntures (R$ 10.005), enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis pela geração de caixa líquido no montante negativo de R$ 180.578 (R$ 197.798 negativos em 30 de junho de 2024), representando redução de R$ 17.220, equivalente a 8,71%, devido, principalmente ao não pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia no primeiro semestre de 2025, parcialmente compensados, pelo maior pagamento de debêntures (R$ 20.963) e instrumento financeiro derivativo (R$ 3.974).

2.5. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para suprir eventual necessidade de capital, no curso regular dos negócios da Companhia, decorre dos seus acionistas e/ou investimentos em controladas.

2.6. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Com base nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia no período findo em 30 de junho de 2025, o saldo dos empréstimos e financiamentos é de R$ 1.503.588 (R$ 1.643.925 em 31 de dezembro de 2024), valor que engloba a CCB e as debêntures emitidas pela Companhia, as debêntures da BSB e da Brasil PCH, bem como o SWAP Brasil PCH.

Para fins desse item, o nível de endividamento foi calculado considerando a soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados

como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, totalizando R$ 1.366.847 (R$ 1.516.896 em 31 de dezembro de 2024).

As principais características do endividamento da Companhia, nos períodos analisados estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda	Taxa de Juros	Vencimento	Em	
		% a.a.		30/06/2025	31/12/2024
Debênture 1ª Série ELRV11	(R$)	7,04% +IPCA	15/04/2030	649.912	684.411
Debênture 1ª Série BSBE11	(R$)	7,04% +IPCA	15/04/2030	278.535	293.320
Debênture 1ª Série BPCH11	(R$)	2,39%+ CDI	15/11/2026	133.106	169.068
Debenture 2ª Série BPCH21	(R$)	8,2647%+IPCA	15/11/2026	189.443	234.061
Empréstimo - CCB	(R$)	1,39% + CDI	16/06/2028	201.097	201.028
Instrumento Fin. Derivativo (SWAP Brasil PCH)	(R$)	IPCA+8,2647%	15/11/2026	51.495	62.037
Total de Empréstimos e Financiamentos (A)				1.503.588	1.643.925
Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras (B)				136.741	127.029
Dívida Líquida de Empréstimos e Financiamentos (A) – (B)				**1.366.847**	**1.516.896**

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes: Em 30 de junho de 2025, as informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia englobam 01 (uma) CCB e 03 (três) contratos de emissão de títulos de valores mobiliários (debêntures), conforme relacionadas a seguir:

Empréstimo – CCB: Cédula de Crédito Bancário: emitida pela Companhia em 16 de dezembro de 2024, com prazo de vencimento de 3 (três) anos e 6 (seis) meses, vencendo, portanto, em 16 de junho de 2028 ("Data de Vencimento CCB"). Incidem juros remuneratórios equivalentes à Taxa CDI, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,39% (um inteiro e trinta e nove centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial *pro rata temporis*.

A emissão da CCB foi previamente autorizada por 100% dos debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 16 de dezembro de 2024, renunciando ao exercício do direito de declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, única e exclusivamente em decorrência da emissão da CCB, de forma que, nesse caso, não será caracterizado qualquer descumprimento da Escritura de Emissão.

Debêntures Série Única – ELRV11: emitidas pela Companhia em 15 de setembro de 2021 ("Data de Emissão"), com prazo de vencimento de 8,5 anos, vencendo, portanto, em 15 de abril de 2030 ("Data de Vencimento"). Foram emitidas 805 debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1, perfazendo, na Data de Emissão, o valor total de R$ 805.000 ("Debêntures Eletroriver"). O valor nominal das Debêntures Eletroriver será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), conforme fórmula constante da escritura de emissão ("Valor Nominal Atualizado"). Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,04% ao ano. O pagamento dessa remuneração é semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022 e o último na Data de Vencimento. O principal será amortizado em 17 (dezessete) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de abril de 2022 e a última na Data de Vencimento. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a aquisição de participação adicional na Brasil PCH.

Debênture Série Única – BSB11: emitidas pela BSB em 15 de setembro de 2021 ("Data de Emissão Debêntures BSB"), com prazo de vencimento de 8,5 anos, vencendo, portanto, em 15 de abril de 2030 ("Data de Vencimento Debêntures BSB"). Foram emitidas 345.000 debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1 ("Debêntures BSB"), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures BSB, o valor total

de R$ 345.000. O valor nominal das Debêntures BSB será atualizado pela variação acumulada do IPCA, conforme fórmula constante da escritura de emissão ("Valor Nominal Atualizado Debêntures BSB"). Sobre o Valor Nominal Atualizado Debêntures BSB incidem juros remuneratórios correspondentes a 7,04 % ao ano. O pagamento da remuneração é semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022 e o último na Data de Vencimento Debêntures BSB. O principal será amortizado em 17 (dezessete) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de abril de 2022 e a última na Data de Vencimento Debêntures BSB. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a aquisição de participação adicional na Brasil PCH.

Debênture 1ª Série – BPCH11: emitidas em 15 de outubro de 2018 ("Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 1ª Série"), com prazo de vencimento de 97 meses, vencendo, portanto, em 15 de novembro de 2026 ("Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 1ª Série"). Foram emitidas 450.000 debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1 ("Debêntures Brasil PCH – 1ª Série"), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 1ª Série, o valor total de R$ 450.000. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem, juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, calculadas nos termos da escritura de emissão ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 2,39% (dois inteiros e trinta e nove centésimos por cento) ao ano. O principal será amortizado em 31 (trinta e uma) parcelas trimestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2019 e a última na Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 1ª Série. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a quitação integral de dívidas existentes na data da emissão.

Debênture 2ª Série – BPCH21: emitidas pela Brasil PCH em 15 de outubro de 2018 ("Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 2ª Série"), com prazo de vencimento de 97 meses, vencendo, portanto, em 15 de novembro de 2026 ("Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 2ª Série"). Foram emitidas 450.000 debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1 ("Debêntures Brasil PCH – 2ª Série" e, em conjunto com Debêntures Brasil PCH – 1ª Série, "Debêntures Brasil PCH"), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 2ª Série, o valor total de R$ 450.000. O valor nominal das Debêntures é atualizado pela variação acumulada do IPCA, conforme fórmula constante da escritura de emissão ("Valor Nominal Atualizado Debêntures Brasil PCH – 2ª Série"). Sobre o Valor Nominal Atualizado Debêntures Brasil PCH – 2ª Série incide juros remuneratórios correspondentes a 8,2647%. O principal será amortizado em 31 (trinta e uma) parcelas trimestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2019 e a última na Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 2ª Série. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a quitação integral de dívidas existentes na data da emissão.

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras: No período findo em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, estava vigente o SWAP Brasil PCH, estruturado visando que os fluxos financeiros das Debêntures Brasil PCH - 1ª Série acrescidos do SWAP Brasil PCH sejam idênticos aos da segunda série.

Grau de subordinação entre as dívidas: Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis são garantidos por meio de diversos instrumentos.

As Debêntures Eletroriver e as Debêntures BSB são garantidas pela alienação fiduciária da totalidade das ações representativas da integralidade do capital social da Brasil PCH, na proporção de suas participações na controlada.

Já as Debêntures Brasil PCH, assim como o SWAP Brasil PCH, compartilham, dentre outras garantias:

(i) da alienação fiduciária da totalidade das ações, existentes e que venham a ser emitidas pelas sociedades de propósito específico ("SPEs") e detidas pela PCHPAR PCH Participações S.A. ("PCHPAR"), assim como aquelas de emissão da PCHPAR; (ii) de garantias fidejussórias prestadas pela PCHPAR e pelas SPEs; e (iii) cessão fiduciária de direitos emergentes das autorizações concedidas às SPEs pela ANEEL, assim como dos direitos creditórios oriundos dos contratos de compra e venda de energia firmados no âmbito do PROINFA.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Cumpre ressaltar que a CCB da Eletroriver não conta com garantias, apenas com restrições impostas ao Emissor, conforme dispostas no item abaixo.

Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições: Em 15 de setembro de 2021, a Companhia realizou a emissão das Debêntures, cuja escritura de emissão traz hipóteses usuais de vencimento antecipado automático e não automático, tais como eventuais mudanças ou transferência do controle acionário da Companhia ou da Brasil PCH, contratação de novas dívidas, incluindo nova emissão de debêntures, celebração de contratos de mútuo e realização de adiantamento para futuro aumento de capital. Adicionalmente, a Companhia está obrigada, desde o ano de 2022 a manter índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD Debêntures ELR") de 1,20x ou superior. O não cumprimento dos covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentou ICSD Debêntures ELR de 1,43x, superior ao índice determinado na escritura de 1,20x. Sendo assim, o ICSD Debêntures ELR está em conformidade com as determinações previstas na escritura de emissão de debêntures.

Outrossim, as Debêntures trazem hipóteses de vencimento antecipado referentes a ações da Brasil PCH vinculadas a novos empréstimos e/ou financiamentos, alterações na escritura da emissão de debêntures da Brasil PCH, bem como vinculadas a questões operacionais quanto à permanência das SPEs no MRE, término de determinados contratos no âmbito do PROINFA, não manutenção da repactuação do risco hidrológico e/ou determinadas modificações de características físicas dos empreendimentos.

Em decorrência da emissão da CCB, a Companhia está subordinada ainda a hipóteses de vencimento antecipado, incluindo, dentre outros, restrições quanto a alteração do objeto social, alteração da composição do capital social da Companhia ou redução do capital social, mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência expressa dos credores, bem como a manutenção, em caso de pagamento de dividendos, lucros, juros sobre o capital próprio, e/ou outras formas de distribuição de lucros aos acionistas, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD CCB") superior a 1,10x. O não cumprimento dos covenants e demais disposições da CCB podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia também apresentou ICSD CCB de 1,43x, superior ao índice determinado na CCB de 1,10x. Sendo assim, o ICSD CCB está em conformidade com as determinações previstas no título de crédito.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Alterações significativas em itens de resultado e de fluxo de caixa: As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das informações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2025 e 2024 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

3.1. Demonstrativo de Resultados

No quadro abaixo seguem apresentados os resultados apurados pela Companhia para o período findo em 30 de junho 2025, comparados com os resultados obtidos no mesmo período do ano anterior.

	No período findo em 30 de junho 2025 comparado com o mesmo período de 2024				
	30/06/2025		30/06/2024		
Demonstração do Resultado - Consolidado	***(R$/mil)***	**AV(%)**	***(R$/mil)***	**AV(%)**	**AH(%)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	356.727	100,00%	350.435	100,00%	1,80%
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	(43.006)	12,06%	(43.435)	12,39%	(0,99%)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(13.790)	3,87%	(13.223)	3,77%	4,29%
Custos com pessoal	(9.881)	2,77%	(9.593)	2,74%	3,00%
Custos com manutenção	(5.581)	1,56%	(3.721)	1,06%	49,99%
Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (EUSD)	(5.805)	1,63%	(5.339)	1,52%	8,73%
Custos com seguros	(4.969)	1,39%	(5.873)	1,68%	(15,39%)
Custos com operação	(1.633)	0,46%	(951)	0,27%	71,71%
Taxas setoriais	(628)	0,18%	(601)	0,17%	4,49%
Custos com meio ambiente	(119)	0,03%	(263)	0,08%	(54,75%)
Outros custos	1.042	0,29%	(74)	0,02%	(1508,11%)
Total do custo das vendas de energia	(84.370)	23,65%	(83.073)	23,71%	1,56%
LUCRO BRUTO	272.357	76,35%	**267.362**	**76,29%**	**1,87%**
OUTRAS RECEITAS(DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores	(6.098)	1,71%	(6.054)	1,73%	0,73%
Despesas administrativas e gerais	(3.248)	0,91%	(3.295)	0,94%	(1,43%)
Depreciação e amortização	(431)	0,12%	(429)	0,12%	0,47%
Receita de arrendamento	3	0,00%	-	0,00%	100,00%
Receita com indenizações recebidas	442	0,12%	8	0,00%	5425,00%
Outras despesas/receitas	(197)	0,06%	(69)	0,02%	185,51%
Total Outras Receitas (Despesas)	(9.529)	2,67%	(9.839)	2,81%	(3,15%)
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	262.828	73,68%	257.523	73,49%	2,06%
Despesas financeiras	(111.866)	31,36%	(110.846)	31,63%	0,92%
Receitas financeiras	15.347	4,30%	13.257	3,78%	15,77%
Total do resultado financeiro	(96.519)	27,06%	(97.589)	27,85%	1,10%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	166.309	46,62%	159.934	45,64%	3,99%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(18.090)	5,07%	(24.283)	6,93%	(25,50%)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	148.219	41,55%	135.651	38,71%	9,26%

Receita líquida de vendas: A receita líquida atingiu, no período findo em 30 de junho de 2025, o montante de R$ 356.727, representando aumento de R$ 6.292, equivalente a 1,80%, quando comparado a 30 de junho de 2024, quando foram registrados R$ 350.435, tendo em vista, principalmente, o retorno da controlada indireta, Jataí Energética S.A., para tributação pelo regime de lucro presumido e consequente redução dos impostos sobre a comercialização de energia.

Lucro Bruto: Em 30 de junho de 2025, foi apurado lucro bruto no montante de R$ 272.357, representando aumento de R$ 4.995, correspondente a 1,87%, se comparado ao registrado no período anterior, quando se verificou o montante de R$ 267.362, devido, principalmente ao aumento da receita líquida de vendas (R$ 6.292) e aumento (R$ 1.297) do custo das vendas de energia.

Lucro antes do resultado financeiro e impostos: Em 30 de junho de 2025, o lucro antes do resultado financeiro e impostos totalizou R$ 262.828, representando aumento de R$ 5.305, equivalente a 2,06%, se comparado ao período findo em 30 de junho de 2024, quando totalizou R$ 257.523, devido aos fatores acima bem como à receita com indenizações recebidas (R$ 434).

Despesas financeiras: Em 30 de junho de 2025, as despesas financeiras totalizaram R$ 111.866, representando aumento de R$ 1.020, equivalente a 0,92%, se comparadas com 30 de junho de 2024, quando totalizaram R$ 110.846, devido, principalmente, à emissão da CCB.

Total do resultado financeiro: Em 30 de junho de 2025, apurou-se resultado financeiro de R$ 96.519 negativos, representando aumento de R$ 1.070, equivalentes a 1,10%, se comparado com 30 de junho de 2024, quando se apurou resultado também negativo de R$ 97.589, devido, principalmente, ao aumento das receitas financeiras, da redução dos encargos sobre emissão de debentures, parcialmente compensados devido aos juros sobre empréstimo CCB, nos períodos comparados.

Imposto de Renda e Contribuição Social: As apurações do imposto de renda e da contribuição social totalizaram R$ 18.090, em 30 de junho de 2025, representando redução de R$ 6.193, equivalente a 25,50%, se comparado com 30 de junho de 2024, quando totalizou R$ 24.283, devido, principalmente, ao retorno da controlada indireta Jataí Energética S.A., ao regime de tributação pelo lucro presumido.

Lucro líquido do exercício: Em decorrência dos fatores acima, apurou-se lucro líquido de R$ 148.219 em 30 de junho de 2025, representando aumento de R$ 12.568, equivalente a 9,26%, se comparado ao mesmo período de 2024, quando totalizou R$ 135.651.

3.2. Demonstrativo de Fluxo de Caixa

No quadro abaixo segue apresentado o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas, comparados com os resultados obtidos no mesmo período do ano anterior.

Demonstrações de fluxo de caixa (Período de três meses - Consolidado)	Em		AH (%)
	30/06/2025 (R$/mil)	30/06/2024 (R$/mil)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	113.229	135.650	(16,53%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	191.441	215.651	(11,23%)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(33.018)	(3.562)	826,95%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(180.578)	(197.798)	(8,71%)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	91.074	149.941	(39,26%)

Fluxo de caixa das atividades operacionais: Em 30 de junho de 2025, apurou-se geração de caixa líquido decorrente das atividades operacionais no montante de R$ 191.441, frente aos R$ 215.651 apurados no mesmo período do ano anterior, representando redução de R$ 24.210, equivalente a 11,23%, devido, principalmente, ao maior (R$ 14.521) pagamento de imposto de renda e contribuição social no período, pagamento de juros sobre empréstimo CCB (R$ 14.227), parcialmente compensados pela redução nos pagamentos de juros sobre debêntures (R$ 10.005).

Fluxo de caixa das atividades de investimento: Em 30 de junho de 2025, o fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento somou R$ 33.018 negativos, frente aos R$ 3.562 negativos registrados no mesmo período do ano de 2024, representando variação de R$ 29.456, equivalente a 826,95%, devido, principalmente, ao maior (R$ 30.661) volume de aplicações financeiras.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Em 30 de junho de 2025, o fluxo aplicado nas atividades de financiamento somou R$ 180.578 negativos, frente aos R$ 197.798 também negativos registrados no mesmo período de 2024, representando redução de R$ 17.220, equivalentes a 8,71%, devido, principalmente, ao não pagamento de dividendos aos acionistas, parcialmente compensado pelo maior (R$ 20.963) pagamento de principal das debêntures.

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício: Por todo o exposto acima, registrou-se saldo de caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho de 2025 no montante de R$ 91.074, representando redução de R$ 58.867, equivalente a 39,26%, frente aos R$ 149.941 registrados no mesmo período do exercício anterior.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 30/06/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 30/06/2025	Consolidado 31/12/2024
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.835	4.071	91.074	113.229
Aplicações financeiras	6	1	205	45.667	13.800
Contas a receber de clientes	7	-	-	80.804	182.650
Dividendos a receber	9	343.624	253.541	-	-
Impostos a recuperar		991	864	9.040	8.113
Despesas antecipadas		4	2	156	4.994
Outros ativos circulantes		1	-	985	305
Total dos ativos circulantes		354.456	258.683	227.726	323.091
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Impostos e contribuições diferidos		-	-	263	396
Impostos a recuperar		-	-	253	252
Depósitos judiciais	8	-	-	21.521	20.626
Outros ativos não circulantes		-	-	287	287
Investimentos em controladas	10	1.723.091	1.706.235	-	-
Imobilizado	12	-	-	1.229.239	1.252.975
Intangível	13	-	-	1.944.211	1.962.323
Total dos ativos não circulantes		1.723.091	1.706.235	3.195.774	3.236.859
TOTAL DOS ATIVOS		2.077.547	1.964.918	3.423.500	3.559.950

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 30/06/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 30/06/2025	Consolidado 31/12/2024
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores		98	7	2.646	1.539
Seguros a Pagar		-	-	160	3.279
Debêntures	14	152.957	115.996	456.875	352.081
Empréstimo - CCB	14	31.319	694	31.319	694
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		1	-	241	2.519
Impostos, contribuições e taxas a recolher	16	83	157	16.004	41.267
Dividendos a pagar	19	277.021	141.981	288.586	149.518
Provisão para férias e 13º salário		-	-	3.235	2.231
Receita diferida	17	-	-	2.778	4.251
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	14	-	-	32.601	25.417
Provisões para compromissos futuros	15	-	-	5.779	8.261
Passivo de arrendamento		-	-	402	448
Outros passivos		-	-	2.309	108.169
Total dos passivos circulantes		461.479	258.835	842.935	699.674
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Debêntures	14	484.924	555.023	790.571	1.028.182
Empréstimo - CCB	14	168.790	199.179	168.790	199.179
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	14	-	-	18.894	36.620
Passivo de arrendamento		-	-	-	173
Impostos e contribuições diferidas	24	-	-	556.474	562.209
Impostos, contribuições e taxas a recolher	16	-	-	17.175	16.353
Provisões para compromissos futuros	15	-	-	31.777	31.295
Provisões para riscos	18	-	-	4.437	4.854
Total dos passivos não circulantes		653.714	754.202	1.588.118	1.878.865
Total dos passivos		1.115.193	1.013.037	2.431.053	2.578.539
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19				
Capital social		66.071	66.071	66.071	66.071
Reservas de lucros		732.753	732.753	732.753	732.753
Dividendos adicionais propostos		143.679	135.040	143.679	135.040
Ajuste de avaliação patrimonial		19.851	18.017	19.851	18.017
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		962.354	951.881	962.354	951.881
Participação dos acionistas não controladores		-	-	30.093	29.530
Total do patrimônio liquido		962.354	951.881	992.447	981.411
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.077.547	1.964.918	3.423.500	3.559.950

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O PERÍODO DE TRÊS E SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

		Controladora				Consolidado			
	Nota explicativa	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	-	-	-	-	356.727	350.435	181.015	174.836
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA		-	-	-	-				
Custos com depreciação e amortização	22	-	-	-	-	(43.006)	(43.435)	(21.022)	(20.671)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 22	-	-	-	-	(13.790)	(13.223)	(6.933)	(6.611)
Custos com pessoal		-	-	-	-	(9.881)	(9.593)	(4.900)	(4.862)
Custos com manutenção		-	-	-	-	(5.581)	(3.721)	(2.754)	(2.103)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		-	-	-	-	(5.805)	(5.339)	(2.921)	(2.798)
Custos com seguros		-	-	-	-	(4.969)	(5.873)	(2.484)	(2.936)
Custos com operação		-	-	-	-	(1.633)	(951)	(1.038)	(624)
Taxas setoriais		-	-	-	-	(628)	(601)	(314)	(300)
Custos com meio ambiente		-	-	-	-	(119)	(263)	(77)	(155)
Outros custos		-	-	-	-	1.042	(74)	(108)	(44)
Total do custo das vendas de energia	22	-	-	-	-	(84.370)	(83.073)	(42.551)	(41.104)
LUCRO BRUTO		-	-	-	-	272.357	267.362	138.464	133.732
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)									
Despesas com pessoal e administradores		(85)	(91)	(43)	(41)	(6.098)	(6.054)	(3.062)	(2.997)
Despesas administrativas e gerais	22	(385)	(368)	(150)	(106)	(3.248)	(3.295)	(1.354)	(1.581)
Depreciação e amortização	22	-	-	-	-	(431)	(429)	(216)	(214)
Receita de arrendamento		-	-	-	-	3	-	-	-
Receita com indenizações recebidas		-	-	-	-	442	8	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	22	-	-	-	-	(197)	(69)	(253)	(69)
	22	(470)	(459)	(193)	(147)	(9.529)	(9.839)	(4.885)	(4.861)
Resultado de equivalência patrimonial	10	203.106	178.121	109.671	94.666	-	-	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		202.636	177.662	109.478	94.519	262.828	257.523	133.579	128.871
Despesas financeiras	23	(59.737)	(47.929)	(23.920)	(18.907)	(111.866)	(110.846)	(42.997)	(44.197)
Receitas financeiras	23	780	2.130	433	791	15.347	13.257	6.917	6.389
Total do resultado financeiro		(58.957)	(45.799)	(23.487)	(18.116)	(96.519)	(97.589)	(36.080)	(37.808)
		-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		143.679	131.863	85.991	76.403	166.309	159.934	97.499	91.063
Corrente	24	-	-	-	-	(23.765)	(30.051)	(11.659)	(15.352)
Diferido	24	-	-	-	-	5.675	5.768	2.818	2.873
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	-	-	(18.090)	(24.283)	(8.841)	(12.479)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		143.679	131.863	85.991	76.403	148.219	135.651	88.658	78.584
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES						143.679	131.863	85.991	76.403
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES						4.540	3.788	2.667	2.181
LUCRO BÁSICO/ DILUÍDO POR AÇÃO - R$	20	2,3302	2,1386	1,3946	1,2391				

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE TRÊS E SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	143.679	131.863	85.991	76.403	148.219	135.651	88.658	78.584
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:								
Ganho (perda) de valor justo de instrumentos de "hedge" durante o exercício	1.834	5.406	2.089	1.987	1.885	5.554	2.146	2.043
RESULTADO ABRANGENTE DO TOTAL	145.513	137.269	88.080	78.390	150.104	141.205	90.804	80.627
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES					145.513	137.269	88.080	78.390
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES					4.591	3.936	2.724	2.237

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados controladora	Patrimônio Líquido Controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
			Reserva legal	Reserva de Lucros a Realizar						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		66.071	13.214	719.539	157.732	10.503	-	967.059	29.867	996.926
Dividendos distribuídos do exercício de 2022 (R$ 3,07 por ação)		-	-	-	(157.732)	-	-	(157.732)	(4.571)	(162.303)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	131.863	131.863	3.789	135.652
Dividendos propostos (R$ 2,16 por ação)	19	-	-	-	131.863	-	(131.863)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas		-	-	-	-	5.406	-	5.406	148	5.554
				-						
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		66.071	13.214	719.539	131.863	15.909	-	946.596	29.233	975.829
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		66.071	13.214	719.539	135.040	18.017	-	951.881	29.530	981.411
Dividendos distribuídos do exercício de 2023 (R$ 2,56 por ação)	19	-	-	-	(135.040)	-	-	(135.040)	(4.028)	(139.068)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	143.679	143.679	4.540	148.219
Dividendos propostos (R$ 2,14 por ação)		-	-	-	143.679	-	(143.679)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas	19	-	-	-	-	1.834	-	1.834	51	1.885
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025		66.071	13.214	719.539	143.679	19.851	-	962.354	30.093	992.447

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		143.679	131.863	166.309	159.934
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	12	-	-	93	8
Receita com indenizações recebidas	22	-	-	(442)	-
Encargos financeiros sobre debêntures	23	43.843	46.486	88.609	100.647
Encargos financeiros sobre empréstimo - CCB	23	14.296	-	14.296	-
Amortização do ajuste a valor justo debêntures	23	-	-	(5.594)	(5.592)
Atualização financeira sobre depósitos judiciais		-	-	(781)	(94)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(43)	(150)	(396)	(1.775)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	15	-	-	470	245
Atualização financeira sobre contratos de aluguéis		-	-	93	92
Depreciação e amortização	22	-	-	43.437	43.864
Equivalência patrimonial	10	(203.106)	(178.121)	-	-
Prêmio de risco repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	13.790	13.223
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA		-	-	147	1.284
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	1.1	-	-	(2.124)	(2.238)
PIS e COFINS diferido sobres ajustes financeiros do PROINFA		-	-	133	(108)
Instrumentos financeiros derivativos (curva CDI x IPCA)	14	-	-	3.779	6.319
Custo de transação de Debêntures	14 e 23	1.360	1.361	2.639	2.641
Taxa de comissionamento - CCB	14	167	-	167	-
Provisão para riscos	18	-	-	(86)	-
Atualização sobre provisões de riscos	18	-	-	84	1
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes	7	-	-	(17.827)	(12.356)
Impostos a recuperar		(127)	1.615	(9.379)	(3.668)
Despesas antecipadas		(2)	-	4.998	5.729
Outros ativos		(1)	-	(176)	68
Fornecedores		91	39	(2.784)	(3.142)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		1	-	(2.278)	(2.175)
Impostos e contribuições a recolher		(73)	(2)	(28)	448
Provisão de férias e 13º salário		-	-	1.004	1.076
Pagamento compromissos futuros	15	-	-	(2.113)	(1.869)
Depósitos judiciais		-	-	(137)	(1.386)
Outros passivos		-	-	22	12
Caixa gerado pelas operações		85	3.091	295.925	301.188
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Dividendos recebidos	9	98.000	120.751	-	-
Juros pagos sobre debêntures	14	(23.519)	(25.532)	(53.178)	(63.183)
Juros recebidos (pagos) sobre instrumento financeiro Swap	14	-	-	2.538	2.742
Juros recebidos (pagos) sobre empréstimo CCB		(14.227)	-	(14.227)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(39.617)	(25.096)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		60.339	98.310	191.441	215.651
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de imobilizado e intangível	12, 13 e 27	-	-	(1.989)	(2.752)
(Aplicações) Resgates em aplicações financeiras		247	151	(31.471)	(810)
Indenização do sinistro do ativo imobilizado	22	-	-	442	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		247	151	(33.018)	(3.562)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Pagamento de arrendamento		-	-	(312)	(310)
Dividendos pagos	19	-	(40.000)	-	(42.159)
Debêntures pagas	14	(54.822)	(49.230)	(165.292)	(144.329)
Instrumentos derivativos pagos	14	-	-	(14.974)	(11.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(54.822)	(89.230)	(180.578)	(197.798)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.764	9.231	(22.155)	14.291
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do período	5	4.071	11.848	113.229	135.650
No fim do período	5	9.835	21.079	91.074	149.941
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.764	9.231	(22.155)	14.291

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ELETRORIVER S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
RECEITAS					
Venda de Energia - Bruta	21	-	-	371.179	367.795
Venda de Energia - Ajustes (MRE)	21	-	-	1.977	951
Receita com indenizações recebida	22	-	-	442	-
Resultado da baixa de ativo imobilizado		-	-	31	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios		-	-	25	-
		-	-	373.654	368.746
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Serviços de Terceiros		(318)	(240)	(8.020)	(5.805)
Materiais		-	-	(1.464)	(1.314)
Outros Custos Operacionais:					
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	22	-	-	(6.433)	(5.940)
Prêmio de repactuação do risco hidrológico	1.2 e 22	-	-	(13.790)	(13.223)
Resultado da baixa de ativo imobilizado		-	-	-	8
Seguros	22	-	-	(4.969)	(5.873)
Outros		(44)	(48)	38	(702)
		(362)	(288)	(34.638)	(32.849)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(362)	(288)	339.016	335.897
RETENÇÕES					
Depreciação e Amortização	22	-	-	(43.437)	(43.864)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		(362)	(288)	295.579	292.033
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	203.106	178.121	-	-
Receitas Financeiras	23	780	2.130	15.347	13.257
Outras receitas		-	-	12	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		203.524	179.963	310.938	305.290
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados		60	60	13.203	13.160
Remuneração direta		60	60	10.612	10.451
Benefícios		-	-	1.771	1.881
FGTS		-	-	820	828
Impostos, Taxas e Contribuições		48	111	37.646	45.633
Federais		48	111	37.536	45.513
Estaduais		-	-	52	71
Municipais		-	-	58	49
Remuneração de Capitais de Terceiros		59.737	47.929	111.870	110.846
Encargos financeiros sobre debêntures e outros juros	23	43.843	46.486	88.609	100.647
Encargos financeiros sobre empréstimos - CCB	23	14.296	-	14.296	-
Outras despesas financeiras		1.598	1.443	8.965	10.199
Remuneração de Capitais Próprios		143.679	131.863	148.219	135.651
Dividendos		143.679	131.863	148.219	135.651
		203.524	179.963	310.938	305.290

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Da Companhia

A Eletroriver S.A. ("Eletroriver", "Companhia" ou "Controladora"), sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "B" desde o mês de julho/2022, foi constituída em 28 de maio de 1997, com sede social na cidade de Salvador, estado da Bahia, tendo por objeto social a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como a promoção e/ou participação em empreendimentos privados de geração e distribuição de energia elétrica, deles se tornando ou não sócia, controladora ou não, compreendendo: (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica; (b) o gerenciamento da obtenção e adequação dos recursos necessários para implantação dos mencionados empreendimentos; (c) implantação, com participação societária ou não, de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (d) a importação e/ou exportação de mão de obra, tecnologia e equipamentos, bem como suas peças e acessórios, necessários às atividades mencionadas nas alíneas anteriores; (e) participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista; e (f) a participação como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

A Companhia possui como controladora a CS Energia S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, detentora de participação equivalente a 65,97% do capital social da Eletroriver, enquanto o percentual residual de 34,03% é detido por pessoas físicas.

A Companhia detém o controle direto da BSB Energética S.A. ("BSB"), bem como da Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH") e, indireto, da PCHPAR – PCH Participações S.A. ("PCHPAR") e de 13 sociedades de propósito específico ("SPEs") que, por sua vez, possuem autorização para explorar 13 pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") ("SPES", em conjunto com a Companhia, BSB, Brasil PCH e a PCHPAR "Grupo"), cujas informações estão discriminadas abaixo, na seção "Dados das Controladas".

Em 30 de junho de 2025, a Companhia apurou em seu balanço patrimonial individual capital circulante líquido negativo no montante de R$ 107.023 (R$152 negativo em 31 de dezembro de 2024), enquanto no balanço patrimonial consolidado o capital circulante líquido negativo registrado é de R$ 615.209 (R$ 376.583 negativo em 31 de dezembro de 2024). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional da Companhia, visto que o fluxo de suas receitas decorrentes dos investimentos em controladas é estável e conhecido, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Dados das controladas

BSB Energética S.A.:

A Companhia detém participação equivalente a 91% do capital social da BSB, sociedade anônima de capital aberto registrada perante a CVM na categoria "B" desde julho de 2022, constituída em 24 de março de 2000, com sede social na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia como sócia ou acionista.

Brasil PCH S.A.

A Companhia detém participação direta de 70% no capital social da Brasil PCH, sociedade anônima, fechada, constituída em 23 de março de 2005, em operação desde 4 de abril de 2006, tendo como objeto social a implementação de pequenas centrais hidrelétricas, seja direta ou indiretamente, bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada à administração, construção, planejamento, operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável, por meio de pequenas centrais hidrelétricas. Os 30% restantes do capital social da Brasil PCH são detidos pela BSB, também controlada pela Companhia.

A Brasil PCH possui como subsidiária integral a PCHPAR que, por sua vez, detém 100% do capital social de 13 SPEs, titulares de autorizações concedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") para exploração de 13 PCHs, com potência total instalada de 291,5 MW, vincendas, conforme o caso, entre os anos de 2041 a 2043, podendo ser prorrogadas por mais 30 anos, nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, e regulamentada pelo Decreto nº 9.158/2017. Abaixo, são apresentadas as informações relativas às PCHs:

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW) (*)	Energia Assegurada (MWm) (*)	Início da Autorização	Início da operação comercial	Término da autorização
Bonfante	Rio Paraibuna, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2001	02/08/2008	06/03/2042
Calheiros	Rio Itabapoana, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008	09/05/2042
Caparaó	Rio Preto, Dores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008	15/10/2042
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008	13/01/2042
Funil	Rio Guanhães, Dores de Guanhães, MG	22,5	14,54	23/12/1999	05/03/2008	23/06/2041
Irara	Rio Doce, Jatai, GO	30	18,21	25/09/2002	06/09/2008	08/04/2042
Jataí	Rio Claro, Jatai, GO	30	20,35	19/12/2002	30/07/2008	20/02/2042
Monte Serrat	Rio Paraibuna, Comendador Levy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	04/12/2042
Retiro Velho	Rio da Prata, Aporé, GO	18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	30/05/2043
Santa Fé	Rio Paraibuna, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	14/11/2041
São Joaquim	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	12/10/2041
São Pedro	Rio Jucu Braço Norte, Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	14/06/2043
São Simão	Rio Itapemirim, Alegre, ES	27	15,2	23/03/2001	17/02/2009	16/12/2042

(*) Cumpre destacar que os dados de capacidade instalada e garantia física das PCHs não foram revisados pelos auditores independentes.

As SPEs estão inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA"), tendo firmado Contratos de Compra e Venda da totalidade da Energia ("CCVEs") por elas gerada, pelo prazo de 20 anos, contados do início de sua operação comercial.

Ressalta-se que, em 07 de junho de 2023, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar"), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Eletrobras, originalmente signatária dos CCVEs.

1.1. Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Consolidado

As SPEs controladas indiretamente pela Brasil PCH participam do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2024 estão sendo descontados/adicionados no faturamento das SPEs em 12 parcelas ao longo do exercício de 2025. Para o período findo em 30 de junho de 2025, o efeito líquido dos ajustes financeiros no faturamento resultou, de forma líquida, no desconto do valor total de R$ 2.124 (R$ 2.238 até 30 de junho de 2024).

As rubricas impactadas para o período findo em 30 de junho de 2025 foram “outros ativos circulantes”, no montante de R$ 95 (R$ 119 em 30 de junho de 2024) e “receita diferida” no montante de R$ 2.219 (R$ 2.357 em 30 de junho de 2024).

1.2. Repactuação do risco hidrológico (*“RRH”*) (Consolidado)

As SPEs, integrantes do MRE, aderiram à repactuação do risco hidrológico (“RRH”), nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R$ 9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Eletrobras informou que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pelas SPEs, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros, procedimento este sob o qual as controladas da Companhia insurgiram-se acionando o mecanismo de controvérsia previsto nos respectivos CCVE-PROINFA-PCH-MRE.

Ocorre que, até o presente momento, a controvérsia não foi dirimida, e, portanto, a Administração do Grupo havia concluído anteriormente pelo reconhecimento dos montantes descontados nas rubricas de “contas a receber” e “outros passivos” (R$ 105.917 reconhecido até 31 de dezembro de 2024). Entretanto, durante o período findo em 30 de junho de 2025, a Administração reavaliou o entendimento em função de mudança do procedimento, resultando na reversão da provisão constituída, no valor de R$ 119.673, de forma que os registros contábeis apresentados refletem a atual posição da ENBPar sobre o assunto.

Em 30 de junho de 2025, o custo total do prêmio de repactuação do risco hidrológico apurado no exercício em curso é de R$13.790 (R$ 13.223 em 30 de junho de 2024), o qual está registrado no resultado do período do Grupo, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”.

2. PARTICIPAÇÃO NAS COMPANHIAS DO GRUPO

No quadro abaixo segue apresentada a participação detida pela Companhia em suas controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Participação direta		Participação indireta (*)	
Investida	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Investimentos mantidos diretamente pela Eletroriver				
BSB Energética S.A.	91,00%	91,00%	0,00%	0,00%
Brasil PCH S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Investimentos mantidos através da participação na Brasil PCH				
PCHPAR PCH Participações S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Bonfante Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Carangola Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Calheiros Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Caparaó Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Funil Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Irara Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Jataí Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Monte Serrat Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Retiro Velho Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Santa Fé Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Joaquim Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Pedro Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Simão Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%

(*) A participação indireta refere-se ao percentual que a BSB possui nas datas-bases sobre os referidos investimentos, multiplicado pelo percentual que a Eletroriver possui sobre a BSB.

3. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, foram adotadas nas informações financeiras intermediárias. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras intermediárias:

Norma	Descrição da alteração
IAS 21/ CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis. A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a entidade conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda. A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da entidade de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Na data de autorização destas informações financeiras intermediárias, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
Alterações à IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

4. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

4.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting" emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB", bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), aplicáveis a empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da CVM e da ANEEL.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

4.2. Bases de elaboração

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, e classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As informações referentes às bases de apresentação das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações se comparadas àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024"), razão pela qual as informações intermediárias, individuais e consolidadas, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Bancos	4	11	19.200	19.200
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (a)	9.831	4.060	71.874	94.029
	9.835	4.071	91.074	113.229

(a) As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB, realizadas pela Companhia junto ao Banco Itaú Unibanco ("Itaú"), apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são remuneradas por taxas de mercado que variam de 97,5% a 98,0% (97,0% a 101,5% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Operações compromissadas	-	200	-	200
Fundos de investimento em renda fixa	1	5	45.667	13.600
	1	205	45.667	13.800

Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e operações compromissadas junto ao Banco Itaú Unibanco ("Itaú"). As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de mercado que variam de 80,0% a 99,0% (80,0% a 104,0%, em 31 de dezembro 2024) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas SPEs no âmbito do PROINFA, no montante de R$ 80.804 em 30 de junho de 2025 (R$ 182.650 em 31 de dezembro de 2024), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual que prevê o pagamento das faturas em 03 (três) parcelas iguais e consecutivas, nos dias 20 e 30 do mês subsequente à competência do faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica apresentava o valor de R$ 182.650, sendo R$ 105.917 referente ao Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico ("PRRH"), onde a Administração da Companhia reverteu esse montante, vide nota explicativa nº 1.2.

Cumpre ressaltar que o Grupo não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

	30/06/2025	31/12/2024
Tributários (a)	17.182	16.342
Desapropriações e servidões (b)	4.268	4.030
Trabalhistas (c)	39	221
Cíveis	32	33
	21.521	20.626

(a) Refere-se, principalmente, ao processo envolvendo PIS e COFINS sobre receitas financeiras, relativo ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto nº 8.426/15 com efeitos na BSB, Brasil PCH, e ao IR/CSLL sobre indenização de bens sinistrados das SPEs São Joaquim Energia S.A. e Santa Fé Energética S.A. (controladas indiretas) atualizados monetariamente.

(b) Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito.

(c) Algumas controladas indiretas da Companhia são responsáveis e corresponsáveis (solidária ou subsidiariamente) em processos judiciais, nos quais está em discussão o pagamento de verbas trabalhistas pela Brasil PCH e/ou pelas SPEs e por empresas terceiras, conforme o caso.

9. DIVIDENDOS A RECEBER

Refere-se à constituição de dividendos a receber pela Companhia, a serem distribuídos por suas controladas BSB e Brasil PCH, conforme movimentação abaixo:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	131.126
Constituição de dividendos (*)	201.449
Dividendos recebidos em 15/01/2024 - Controlada Brasil PCH S.A.	(63.000)
Dividendos recebidos em 16/01/2024 - Controlada BSB Energética S.A.	(21.840)
Dividendos recebidos em 25/03/2024 - Controlada Brasil PCH S.A.	(35.911)
Saldo em 30 de junho de 2024	211.824
Saldo em 31 de dezembro de 2024	253.541
Constituição de dividendos (**)	188.083
Dividendos recebidos em 28/02/2025 - Controlada Brasil PCH S.A.	(22.400)
Dividendos recebidos em 24/03/2025 - Controlada Brasil PCH S.A.	(38.500)
Dividendos recebidos em 15/04/2025 - Controlada Brasil PCH S.A.	(16.100)
Dividendos recebidos em 16/06/2025 - Controlada Brasil PCH S.A.	(21.000)
Saldo em 30 de junho de 2025	343.624

(*) Nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias (“AGOE”) realizadas em 26 de fevereiro e 29 de março de 2024, a Brasil PCH e a BSB aprovaram, respectivamente, a distribuição à Eletroriver dos dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(**) Nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias (“AGOE”) realizadas em 21 de fevereiro e 18 de março de 2025, a Brasil PCH e a BSB aprovaram, respectivamente, a distribuição à Eletroriver dos dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informação sobre as controladas diretas

Descrição	Ações ordinárias Detidas	Participação %	Controladora	
			30/06/2025	31/12/2024
BSB Energética S.A.	2.755.936	91,0%	69.166	63.474
Brasil PCH S.A.	65.931.482	70,0%	1.653.925	1.642.761
Investimento a PL contábil			261.581	241.011
Mais valia de ativos e passivos (*)			899.759	909.165
Ágio			492.585	492.585
			1.723.091	1.706.235

(*) A mais valia está sendo amortizada com base na vida útil ou prazo de amortização remanescente, contados a partir da data da aquisição, 1º de dezembro de 2021, dos ativos e passivos.

b) Informações das controladas

Os principais saldos patrimoniais das controladas diretas e indiretas, nos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, são apresentados como segue:

	30/06/2025				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
BSB Energética S.A.	110.075	367.673	194.072	207.670	76.006
Brasil PCH S.A.	203.972	952.480	628.157	154.607	373.688
Total	314.047	1.320.153	822.229	362.277	449.694

	31/12/2024				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
BSB Energética S.A.	80.261	360.584	133.410	237.684	69.751
Brasil PCH S.A.	313.687	971.109	636.971	303.523	344.302
Total	393.948	1.331.693	770.381	541.207	414.053

Os principais saldos de resultado das controladas diretas e indiretas para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e de 2024 são apresentados como segue:

	30/06/2025				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
BSB Energética S.A.	-	-	69.384	50.445	50.445
Brasil PCH S.A.	356.727	294.817	286.052	261.834	238.008
Total	356.727	294.817	355.436	312.279	288.453

	30/06/2024				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
BSB Energética S.A.	-	-	61.962	42.106	42.106
Brasil PCH S.A.	350.435	289.822	280.703	243.175	213.158
Total	350.435	289.822	342.665	285.281	255.264

c) Movimentação do investimento

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.730.898
Equivalência patrimonial	178.121
Dividendos propostos	(201.449)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	5.406
Saldo em 30 de junho de 2024	1.712.976
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.706.235
Equivalência patrimonial	203.106
Dividendos propostos	(188.084)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	1.834
Saldo em 30 de junho de 2025	1.723.091

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal chave

Em 30 de junho de 2025, registrou-se o valor de R$ 1.086 pago pela Companhia e por suas controladas diretas e indiretas a título de remuneração às pessoas chave (R$ 1.086 em 30 de junho de 2024). Ressalta-se que além da assistência médica paga pela Companhia às pessoas chave, com relação à qual foi desembolsado o valor de R$ 11 em 30 de junho de 2025 (R$ 12 em 30 de junho de 2024), não são oferecidos outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo pela Companhia ou por suas controladas diretas e indiretas.

12. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

a) Composição do imobilizado

	Taxa de Depreciação	30/06/2025			31/12/2024		
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido
Mais valia – ativo fixo	4%	369.025	(52.044)	316.981	369.025	(44.782)	324.243
Terrenos (*)	1,90%	40.246	(3.579)	36.667	40.175	(2.418)	37.757
Terrenos arrendados (**)	1,86%	239	-	239	-	-	-
Direitos sobre arrendamento	37,80%	2.275	(2.127)	148	2.337	(1.815)	522
Turbina hidráulica	2,50%	180.497	(69.036)	111.461	180.497	(66.780)	113.717
Conduto forçado	3,13%	49.994	(24.849)	25.145	49.931	(24.068)	25.863
Gerador	3,33%	117.067	(61.468)	55.599	117.060	(59.519)	57.541
Comporta	3,33%	37.497	(19.306)	18.191	37.467	(18.685)	18.782
Subestação unitária	3,57%	75.053	(44.834)	30.219	75.053	(43.493)	31.560

	Taxa de Depreciação	30/06/2025			31/12/2024		
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido
Estrutura de tensão	3,57%	30.851	(15.825)	15.026	30.851	(15.276)	15.575
Casa de forca produção hidráulica	2,00%	451.027	(146.352)	304.675	450.568	(141.841)	308.727
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	354.573	(104.047)	250.526	354.230	(100.605)	253.625
Sistema de monitoramento usina	3,33%	9.619	(105)	9.514	-	-	-
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	101.495	(50.671)	50.824	101.214	(48.818)	52.396
Imobilizado em Curso	-	4.024	-	4.024	12.667	-	12.667
		1.823.482	(594.243)	1.229.239	1.821.075	(568.100)	1.252.975

(*) Terrenos vinculados às SPEs depreciados de acordo com o período de autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

(**) A Retiro Velho, controlada indireta da Companhia, atua como arrendadora de terreno para implantação de usina fotovoltaica, em contrato classificado como arrendamento operacional, nos termos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2025
Custo:					
Mais valia - ativo fixo	369.025	-	-	-	369.025
Terrenos	40.175	202	-	(131)	40.246
Terrenos arrendados	-	-	-	239	239
Direitos sobre arrendamento	2.337	-	(62)	-	2.275
Turbina hidráulica	180.497	-	-	-	180.497
Conduto forçado	49.931	-	-	63	49.994
Gerador	117.060	-	-	7	117.067
Comporta	37.467	-	-	30	37.497
Subestação unitária	75.053	-	-	-	75.053
Estrutura de tensão	30.851	-	-	-	30.851
Casa de forca produção hidráulica	450.568	-	-	459	451.027
Reservatório, barragem, adutora	354.230	245	-	98	354.573
Sistema de monitoramento usina	-	-	-	9.619	9.619
Outras máquinas e equipamentos	101.214	-	(84)	365	101.495
Imobilizado em curso	12.667	2.166	(31)	(10.778)	4.024
	1.821.075	2.613	(177)	(29)	1.823.482
(-) Depreciação:					
Mais valia - ativo fixo	(44.782)	(7.262)	-	-	(52.044)
Terrenos	(2.418)	(1.161)	-	-	(3.579)
Direitos sobre arrendamento	(1.815)	(312)	-	-	(2.127)
Turbina hidráulica	(66.780)	(2.256)	-	-	(69.036)
Conduto forçado	(24.068)	(781)	-	-	(24.849)
Gerador	(59.519)	(1.949)	-	-	(61.468)
Comporta	(18.685)	(621)	-	-	(19.306)
Subestação unitária	(43.493)	(1.341)	-	-	(44.834)
Estrutura de tensão	(15.276)	(549)	-	-	(15.825)
Casa de forca produção hidráulica	(141.841)	(4.511)	-	-	(146.352)
Reservatório, barragem, adutora	(100.605)	(3.442)	-	-	(104.047)
Sistema de monitoramento usina	-	(105)	-	-	(105)
Outras máquinas e equipamentos	(48.818)	(1.937)	84	-	(50.671)
	(568.100)	(26.227)	84	-	(594.243)
Imobilizado Líquido	1.252.975	(23.614)	(93)	(29)	1.229.239

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2024
Custo:					
Mais valia - ativo fixo	369.025	-	-	-	369.025
Terrenos	45.869	137	(5.305)	30	40.731
Direitos sobre arrendamento	2.777	-	(502)	-	2.275
Turbina hidráulica	175.671	72	-	-	175.743
Conduto forçado	49.897	-	-	-	49.897
Gerador	117.051	9	-	-	117.060
Comporta	37.455	-	-	-	37.455
Subestação unitária	75.061	-	-	-	75.061
Estrutura de tensão	28.897	-	(17)	-	28.880
Casa de forca produção hidráulica	449.491	51	-	(4)	449.538
Reservatório, barragem, adutora	350.437	469	-	-	350.906
Outras máquinas e equipamentos	100.434	328	-	-	100.762
Imobilizado em curso	2.111	2.254	-	4	4.369
	1.804.176	3.320	(5.824)	30	1.801.702
(-) Depreciação:					
Mais valia - ativo fixo	(30.258)	(7.261)	-	-	(37.519)
Terrenos	-	(2.164)			(2.164)
Direitos sobre arrendamento	(1.192)	(312)	-	-	(1.504)
Turbina hidráulica	(62.377)	(2.196)	-	-	(64.573)
Conduto forçado	(22.506)	(781)	-	-	(23.287)
Gerador	(55.621)	(1.949)	-	-	(57.570)
Comporta	(17.444)	(621)	-	-	(18.065)
Subestação unitária	(40.815)	(1.341)	-	-	(42.156)
Estrutura de tensão	(14.331)	(514)	-	-	(14.845)
Casa de forca produção hidráulica	(132.841)	(4.499)	9	-	(137.331)
Reservatório, barragem, adutora	(93.767)	(3.414)	-	-	(97.181)
Outras máquinas e equipamentos	(45.093)	(1.955)	-	-	(47.048)
	(516.245)	(27.007)	9	-	(543.243)
Imobilizado Líquido	1.287.931	(23.687)	(5.815)	30	1.258.459

13. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	Custo	Amortização acumulada	30/06/2025	Custo	Amortização acumulada	31/12/2024
Mais valia – ativo intangível	2,13%	1.444.281	(108.918)	1.335.363	1.444.281	(93.721)	1.350.560
Ágio	-	590.882	-	590.882	590.882	-	590.882
Servidões (*)	-	2.948	(397)	2.551	2.919	(281)	2.638
Software	20%	4.717	(3.713)	1.004	4.717	(3.453)	1.264
Medidas compensatórias	10 a 25%	40.948	(28.592)	12.356	41.553	(26.785)	14.768
Indenização de terras	-	873	-	873	895	-	895
Registro de terras	-	1.182	-	1.182	1.126	-	1.126
		2.085.831	(141.620)	1.944.211	2.086.563	(124.240)	1.962.323

(*) Os ativos intangíveis de servidão vinculados às SPEs são amortizados dentro do período da autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

b) Movimentação do intangível

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2025
Custo:					
Mais valia – ativo intangível	1.444.281	-	-	-	1.444.281
Ágio	590.882	-	-	-	590.882
Servidões	2.919	-	-	29	2.948
Software	4.717	-	-	-	4.717
Medidas compensatórias	41.743	-	(795)	-	40.948
Indenização de terras	895	-	(22)	-	873
Registro de terras	1.126	56	-	-	1.182
	2.086.563	56	(817)	29	2.085.831
(-) Amortização:					
Mais valia – ativo intangível	(93.721)	(15.197)			(108.918)
Servidões	(281)	(116)			(397)
Software	(3.453)	(260)			(3.713)
Medidas compensatórias	(26.785)	(1.807)			(28.592)
	(124.240)	(17.380)	-	-	(141.620)
Intangível líquido	1.962.323	(17.324)	(817)	29	1.944.211

	31/12/2023	Adições	Transferência	30/06/2024
Custo:				
Mais valia – ativo intangível	1.444.281	-	-	1.444.281
Ágio	590.882	-	-	590.882
Servidões	2.911	-	(30)	2.881
Software	4.343	-	-	4.343
Medidas compensatórias	37.576	753	-	38.329
Indenização de terras	1.826	31	-	1.857
Registro de terras	1.809	-	-	1.809
	2.083.628	784	(30)	2.084.382
(-) Amortização:				
Mais valia – ativo intangível	(63.325)	(15.198)	-	(78.523)
Servidões	-	(257)	-	(257)
Software	(2.862)	(306)	-	(3.168)
Medidas compensatórias	(23.944)	(1.351)	-	(25.295)
	(90.131)	(17.112)	-	(107.243)
Intangível líquido	1.993.497	(16.328)	(30)	1.977.139

O ágio é submetido, anualmente, a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao valor recuperável. Durante o período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para o teste realizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, na avaliação da Administração, concluiu que não houve alterações significativas e nem mesmo mudança de cenário que sinalizasse perda na recuperabilidade dos ativos da Companhia.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

14.1. Debêntures

Em 10 de setembro de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que aprovou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, por meio da qual foram emitidas 805.000 (oitocentas e cinco mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1 na data de emissão, perfazendo o montante total de R$ 805.000. Os juros e principal serão pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento (principal e juros) ocorreu em 15 de abril de 2022, e o último pagamento ocorrerá em 15 de abril de 2030. Além disso, cumpre destacar que as controladas da Companhia também possuem debêntures emitidas e em circulação.

A BSB realizou sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, por meio da qual foram emitidas 345.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1 na data de emissão, perfazendo o montante total de R$ 345.000, conforme aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 10 de setembro de 2021. Os juros e o principal serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento (principal e juros) ocorreu em 15 de abril de 2022 e o último pagamento ocorrerá em 15 de abril de 2030.

A Brasil PCH, por sua vez, teve sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R$ 900.000, distribuídas em 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da primeira série e 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da segunda série, com valor unitário de R$ 1, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018. Essas debêntures serão pagas trimestralmente, juros e principal, sempre nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Os primeiros pagamentos ocorreram em 15 de fevereiro de 2019 e os últimos se darão em 15 de novembro de 2026.

a) <u>Composição das debêntures</u>

	Quantidade	Valor nominal	Controladora		Consolidado	
			30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Debêntures - Série Única - Eletroriver S.A. (IPCA + 7,04%)	805.000	0,8073	649.911	684.411	649.912	684.411
Debêntures - Série Única - BSB Energética S.A. (IPCA + 7,04%)	345.000	0,8073	-	-	278.535	293.320
Debêntures - 1° Série - Brasil PCH S.A. (CDI+2,39%)	450.000	0,2958	-	-	133.106	169.068
Debêntures - 2° Série - Brasil PCH S.A. (IPCA+8,2647%)	450.000	0,4210	-	-	189.443	234.061
(-) Custo com transação com debêntures			(12.030)	(13.392)	(19.203)	(21.844)
Ajuste a valor justo – debêntures (*)			-	-	15.653	21.247
			637.881	671.019	1.247.446	1.380.263

	Quantidade	Valor nominal	Controladora		Consolidado	
			30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Instrumento financeiro derivativo - "SWAP" - Brasil PCH			-	-	51.495	62.037
			637.881	671.019	1.298.941	1.442.300
Swap						
Passivo circulante			-	-	32.601	25.417
Passivo não circulante			-	-	18.894	36.620
Debêntures						
Passivo circulante			152.957	115.996	456.875	352.081
Passivo não circulante			484.924	555.023	790.571	1.028.182

(*) Valor justo de debêntures apurado na aquisição por combinação de negócios das participações societárias da Brasil PCH.

b) Movimentação das debêntures e instrumento financeiro derivativo – SWAP

			Brasil PCH		
	Eletroriver	BSB	Debêntures	SWAP	Consolidado
Saldo em 31/12/2024	671.019	287.323	421.921	62.037	1.442.300
Custos de transação	1.360	610	669	-	2.639
Amortização do ajuste a valor justo das debêntures	-	-	(5.595)	-	(5.595)
Encargos provisionados	43.843	18.790	25.976	-	88.609
Instrumento financeiro derivativo – curva CDI x IPCA	-	-	-	3.779	3.779
Pagamento principal	(54.822)	(23.496)	(86.974)	-	(165.292)
Pagamento de encargos financeiros	(23.519)	(10.079)	(19.580)	-	(53.178)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	-	-	-	(12.436)	(12.436)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(1.885)	(1.885)
Saldo em 30/06/2025	637.881	273.148	336.417	51.495	1.298.941

			Brasil PCH		
	Eletroriver	BSB	Debêntures	SWAP	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	736.660	315.400	574.328	86.219	1.712.607
Custos de transação	1.361	611	669	-	2.641
Amortização do ajuste a valor justo das debêntures	-	-	(5.592)	-	(5.592)
Encargos provisionados	46.486	19.923	34.238	-	100.647
Instrumento financeiro derivativo – curva CDI x IPCA	-	-	-	6.319	6.319
Pagamento principal	(49.230)	(21.099)	(74.000)	-	(144.329)
Pagamento de encargos financeiros	(25.532)	(10.942)	(26.709)	-	(63.183)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	-	-	-	(8.258)	(8.258)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(5.554)	(5.554)
Saldo em 30/06/2024	709.745	303.893	502.934	78.726	1.595.298

c) Debêntures de emissão da Eletroriver

Restrições: A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas ("*Covenants*"), incluindo, dentre outras, restrições quanto à transferência de tipo societário, mudança de controle acionário, concessão de preferência a outros créditos, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão, em todos os casos sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") de 1,20x ou superior, a ser apurado semestralmente ou, de forma eventual, trimestralmente, em caso de distribuição de dividendos intercalares. O não cumprimento dos *Covenants* e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentou ICSD de 1,43x (em 31 de dezembro de 2024 atingiu 1,47x), superior ao índice determinado na escritura de 1,20x. Sendo assim, o ICSD está em conformidade com as determinações previstas na escritura de emissão de debêntures.

Garantias: As ações de emissão da Brasil PCH detidas pela Companhia, representativas de 70% do capital social da controlada, bem como quaisquer novas ações de emissão da Brasil PCH que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas pela Companhia, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes, foram dados em garantia da emissão de debêntures da Companhia, por meio da celebração do contrato de alienação fiduciárias de ações.

d) Debêntures de emissão da BSB

Restrições: A controlada BSB está sujeita a Covenants, incluindo, dentre outras, restrições quanto à transferência de tipo societário, mudança de controle acionário, concessão de preferência a outros créditos, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão, em todos os casos sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") de 1,20x ou superior, a ser apurado semestralmente ou, de forma eventual, trimestralmente, em caso de distribuição de dividendos intercalares. O não cumprimento dos Covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

A BSB atendeu a todos os Covenants aplicáveis em 30 de junho de 2025. No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentou ICSD de 1,43x (em 31 de dezembro de 2024 atingiu 1,47x), superior ao índice determinado na escritura de 1,20x. Sendo assim, o ICSD está em conformidade com as determinações previstas na escritura de emissão de debêntures.

Garantias: As ações de emissão da Brasil PCH detidas pela BSB, representativas de 30% do capital social da coligada, bem como quaisquer novas ações de emissão da Brasil PCH que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas pela BSB, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes, foram dados em garantia da sua emissão de debêntures, por meio da celebração do contrato de alienação fiduciárias de ações.

e) Debêntures de emissão da Brasil PCH

Restrições: A controlada Brasil PCH está sujeita a Covenants que incluem, dentre outros, restrições quanto à transformação do tipo societário, mudança do controle acionário, contratação de novos empréstimos ou financiamentos a partir de determinados valores, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção de ICSD de 1,20x ou superior, a ser apurado anualmente ou, eventualmente, em caso de distribuição de dividendos intercalares (trimestral ou semestral), em ambos os casos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Brasil PCH.

A Brasil PCH atendeu a todos os Covenants aplicáveis em 30 de junho de 2025. No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentou ICSD de 2,64x (em 31 de dezembro de 2024 atingiu 2,42x), superior ao índice determinado na escritura de 1,20x. Sendo assim, o ICSD está em conformidade com as determinações previstas na escritura de emissão de debêntures.

Garantias: Os debenturistas da Brasil PCH estão garantidos pela (i) alienação fiduciária da totalidade das ações (i.a) de emissão das SPEs detidas pela PCHPAR, e (i.b) de emissão da PCHPAR detidas pela Companhia, existentes e que venham a ser emitidas ("Ações Alienadas"); bem como (ii) cessão fiduciária (ii.a) dos direitos emergentes das autorizações concedidas às SPEs pela ANEEL ("Autorizações"), (ii.b) de todos os direitos creditórios que venham a ser devidos às SPEs no âmbito de Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a ENBPar no âmbito do PROINFA ("CCVEs"), (ii.c) dos direitos creditórios oriundos de determinados seguros contratados pela Companhia, em nome das SPEs, ou pelas SPEs em nome próprio ("Seguros"), (ii.d) de todos os frutos, lucros, rendimentos, remuneração, reembolso de capital, bonificações, vantagens, juros, distribuições e demais direitos expressamente atribuídos às Ações Alienadas ("Direitos Relacionados às Ações Alienadas"), (ii.e) todos e quaisquer direitos, inclusive recursos financeiros, provenientes das Autorizações, CCVEs, Seguros e dos Direitos Relacionados às Ações Alienadas, e (ii.f) de todos os rendimentos decorrentes dos investimentos realizados com os recursos depositados nas contas vinculadas, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições, e demais valores a serem recebidos ou depositados nas contas vinculadas, e (iii) fiança da PCHPAR e das SPEs; nos termos previstos na escritura de emissão, conforme aditada de tempos em tempos.

f) Instrumento financeiro derivativo - SWAP designado como "*hedge*" de fluxo de caixa

Para a 1ª Série da primeira emissão de debêntures realizada pela controlada Brasil PCH, contratou-se, junto ao Banco Itaú, operação de SWAP, trocando a remuneração da - 1ª Série (CDI+2,39%), de modo a torná-la igual à remuneração da 2ª série (IPCA + 8,2647%). Essa transação foi qualificada como *hedge* de fluxo de caixa, sendo os efeitos decorrentes da variação do valor justo do instrumento financeiro derivativo de proteção reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as informações sobre a marcação a mercado do SWAP são as abaixo demonstradas:

Data de vencimento da operação	Valor inicial	Exercício	Saldo banco (passivo - curva IPCA)	Saldo cliente (Ativo - curva CDI)	Ganho (perda) – valor da curva	Ganho (perda) na marcação a mercado "Swap" – MTM
16/11/2026	450.000	31/12/2024	234.061	169.068	(64.993)	2.956
16/11/2026	450.000	30/06/2025	189.443	133.106	(56.336)	4.841

14.2. Empréstimo – Cédula de Crédito Bancário

Em 16 de dezembro de 2024, a Companhia emitiu Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), em favor do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), no valor de R$ 200.000, com juros remuneratórios equivalentes à Taxa CDI, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,39% (um inteiro e trinta e nove centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial *pro rata temporis,* com prazo de vigência de 3 (três) anos e 6 (seis) meses, a contar da data de emissão e pagamento de principal e juros conforme cronograma definido no próprio instrumento – CDB, a seguir:

PARCELA	Data	VALOR (RS)
1	16/06/2025	100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
2	16/12/2025	100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
3	16/06/2026	100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
4	16/12/2026	100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
5	16/06/2027	66.666.666,67 + 100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
6	16/12/2027	66.666.666,67 + 100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
7	16/06/2028	66.666.666,66 + 100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.

A emissão da CCB foi previamente autorizada por 100% dos debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 16 de dezembro de 2024, renunciando ao exercício do direito de declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, única e exclusivamente em decorrência da emissão da CCB, de forma que, nesse caso, não será caracterizado qualquer descumprimento da Escritura de Emissão.

Composição

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
Cédula de crédito bancário - CCB	201.097	201.028
(-) Custo de transação	(988)	(1.155)
	200.109	199.873
Passivo circulante	31.319	694
Passivo não circulante	168.790	199.179

Movimentação

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31/12/2024	199.873
Encargos provisionados	14.296
Custo de transação – amortização no período	167
Pagamento de encargos financeiros	(14.227)
Saldo em 30/06/2025	200.109
Saldo em 31/12/2023	-
Captação	200.000
(-) Custo de transação	(1.166)
Encargos provisionados	1.028
Custo de transação – amortização no período	11
Saldo em 31/12/2024	199.873

Restrições: A Companhia está sujeita a Covenants, incluindo, dentre entre outros, restrições quanto à alteração do objeto social, alteração da composição do capital social da Companhia ou redução do capital social, mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência expressa dos credores, bem como a obrigação de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,10x. O ICSD será apurado anualmente, sendo a primeira apuração em 30 de junho de 2025, tendo como base as informações financeiras intermediárias consolidadas, relativas aos 4 (quatro) trimestres anteriores à respectiva apuração. O não cumprimento dos Covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da CCB.

No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentou ICSD de 1,43x, superior, portanto, ao índice de 1,10x. Sendo assim, o ICSD está em conformidade com as determinações previstas no instrumento da CCB.

15. PROVISÃO PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	31/12/2024	Adição	Reversão	Pagamentos	Transferência (*)	Atualização Financeira	30/06/2025
Compromissos socioambientais (a)	13.709	245	-	(144)	(10.195)	72	3.687
Provisão p/ programas socioambientais (b)	18.908		(795)	(1.969)	7.383	398	23.925
Provisão para registro de terras (c)	1.126	56	-	-		-	1.182
Provisão p/ indenizações de terras (d)	5.813	182	(45)	-	2.812	-	8.762
Total	39.556	483	(840)	(2.113)	-	470	37.556
Passivo circulante	8.261						5.779
Passivo não circulante	31.295						31.777

(*) Os montantes previstos para aquisições de terras previstos no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial – ("PACUERA"), anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais estão sendo apresentados para o período findo em 30 de junho de 2025 na rubrica Provisão para indenizações de terras. Os montantes previstos para o plantio previstos no PACUERA, anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais, estão sendo apresentados na rubrica Provisão para programas socioambientais.

	31/12/2023	Adição	Reversão (i)	Pagamentos	Atualização Financeira	30/06/2024
Compromissos socioambientais (a)	19.259	410	(5.305)	(345)	65	14.084
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	18.334	753	-	(1.524)	180	17.743
Provisão para registro de terras (c)	1.809	-	-	-	-	1.809
Provisão p/ indenizações de terras (d)	13.933	168	-	-	-	14.101
Total	53.335	1.331	(5.305)	(1.869)	245	47.737
Passivo circulante	8.380					5.962
Passivo não circulante	44.955					41.775

(a) Provisão para compromissos socioambientais: compreende gastos com atividades em cumprimento à legislação ambiental específica não vinculadas às licenças de operação das SPEs.

(b) Provisão para programas socioambientais: contempla os gastos afetos ao cumprimento dos programas ambientais previstos no processo de licenciamento ambiental.

(c) Provisão para registro de terras: o Grupo possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.

(d) Provisão para indenização de terras: para construção das PCHs, foi necessária a aquisição, desapropriação ou constituição de servidão pelas SPEs, sendo, para tanto, provisionados os recursos referentes a (i) desembolsos para suportar condenações judiciais em processos de expropriação; (ii) aquisições amigáveis (iii) indenizações e (iv) pagamentos de servidão administrativa; dentre outros gastos vinculados à aquisição e ao registro de terras.

16. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recolher	71	71	12.770	37.495
Imposto de renda e contribuição social a recolher (depósitos judiciais) (a)	-	-	11.815	11.260
Encargo de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (EUSD)	-	-	971	879
PIS e COFINS não cumulativo	4	6	5.360	5.696
Outros tributos a recolher	8	80	2.263	2.290
Total	83	157	33.179	57.620
Passivo circulante	83	157	16.004	41.267
Passivo não circulante	-	-	17.175	16.353

(a) Refere-se ao IRPJ e CSLL provisionados sobre as indenizações de sinistro das controladas indiretas, Santa Fé e São Joaquim, recolhidos via depósito judicial.

17. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

a) Composição da receita diferida

	30/06/2025	31/12/2024
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	2.778	4.251
Total	2.778	4.251

b) Movimentação da receita diferida

	31/12/2024	Adição	Realização	30/06/2025
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	4.251	746	(2.219)	2.778
	4251	746	(2.219)	2.778

	31/12/2023	Adição	Realização	30/06/2024
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	4.143	1.894	(2.357)	3.680
	4.143	1.894	(2.357)	3.680

Cumpre destacar que todas as SPEs do Grupo fizeram opção por participar do MRE, de modo que seu risco hidrológico é compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs, no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

18. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A BSB, a Brasil PCH e as SPEs, controladas da Companhia, são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórias.

	30/06/2025	31/12/2024
Trabalhista	142	137
Regulatório	2.973	3.045
Tributário	840	1.228
Ambiental	-	55
Cíveis	482	389
Total	4.437	4.854

Em 30 de junho de 2025 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, ambientais, regulatórios e cíveis era de R$ 4.437 (R$ 4.854 em 31 de dezembro de 2024), conforme movimentação a seguir:

	31/12/2024	Constituição	Baixas	Transferência	Atualização	30/06/2025
Trabalhista	137	-	-	-	5	142
Regulatório (*)	3.045	-	(105)	-	33	2.973
Tributário (*)	1.228	-	(31)	(386)	29	840
Ambiental	55	-	-	(55)	-	-
Cível	389	50	-	26	17	482
Total	4.854	50	(136)	(415)	84	4.437

	31/12/2023	Transferência	Atualização	30/06/2024
Trabalhista	167	12	-	179
Regulatório (*)	2.849	-	1	2.850
Tributário (*)	999	(12)	-	987
Cível	170	-	-	170
Total	4.185	-	1	4.186

(*) Referem-se, em sua maior parte, a honorários de êxito registrados pela administração do Grupo relacionados com discussões judiciais regulatórias e tributárias.

A Brasil PCH e as SPEs possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais e regulatórias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda "possível", nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024
Trabalhistas (a)	937	949
Cíveis (b)	26.191	23.463
Ambientais (c)	405	574
Tributário (d)	790	651
Regulatório (e)	174.566	-
	202.889	25.637

(a) Ações trabalhistas se referem, principalmente, à discussão de potencial responsabilidade subsidiária de controladas das Companhias ao pagamento de verbas trabalhistas a empregados e indenização decorrente de acidente do trabalho, de terceiros.

(b) Cuidam-se de ações indenizatórias, no valor de R$ 26.169, objetivando, principalmente, a condenação da Companhia e outras 4 empresas não relacionadas à Companhia, em razão de potenciais danos morais e materiais decorrentes de cheias ocorridas no ano de 2020, em região à jusante da PCH São Simão. Há também ação judicial promovida em desfavor de três controladas das Companhias por produtor de areia que busca o ressarcimento dos supostos prejuízos materiais decorrentes do início da operação das PCHs para o seu negócio de extração de areia.

(c) Trata-se de ações em que se discutem autos de infração por condutas supostamente praticadas pelas controladas das Companhias em desacordo com o licenciamento ambiental e ou normas correlatas.

(d) Trata-se de ação de natureza tributária em que se discute a incidência de ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços na aquisição de bens – sobre a TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, com o objetivo de restituição dos valores recolhidos indevidamente por controlada das Companhias. Tem-se, ainda, no rol, ação em que se discute o diferimento do diferencial de alíquota de ICMS – Impostos sobre circulação de mercadoria e serviços na aquisição de bens – incidente sobre bens adquiridos por controlada das Companhias.

(e) Trata-se de ações judiciais que discutem a legalidade das Portarias MME 20/2013, 63/2013 e 31/2024 que reduziram a garantia física de determinadas Pequenas Centrais Hidrelétricas, controladas indiretas da Companhia, no âmbito da Portaria MME 463/2009. As garantias físicas das PCHs estão divulgadas na nota explicativa nº 1.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital Social

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R$ 66.071, representado por 61.659.882 ações, das quais 30.829.941 ações ordinárias e 30.829.941 ações preferenciais, distribuídas conforme indicado abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas	Ações Preferenciais Subscritas	Total de Ações Subscritas	%
CS Energia S.A.	20.337.278	20.337.279	40.674.557	65,97%
Acionistas minoritários	10.492.663	10.492.662	20.985.325	34,03%
Total	30.829.941	30.829.941	61.659.882	100%

As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus detentores o direito a voto nas assembleias gerais. Já as ações preferenciais não conferem direito a voto a seus titulares, mas, em contrapartida, atribuem: (i) prioridade no recebimento de dividendo mínimo cumulativo equivalente à R$ 0,01 (um centavo de real) para cada lote de 1.000 (um mil) ações; (ii) participação nos lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois destas receberem dividendo igual ao dividendo mínimo assegurado às ações preferenciais; (iii) direito de receber o dividendo mínimo cumulativo a que fazem jus, no exercício em que os lucros forem insuficientes, à conta de reservas de capital; (iv) reembolso sem prêmio no caso de liquidação da Companhia.

19.2. Reserva Legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

19.3. Reserva de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

19.4. Reserva de lucros a realizar

Tendo em vista a deliberação havida no âmbito da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 13 de março de 2023, em linha com o disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações e com a orientação da Administração da Companhia, foi constituída reserva de lucros a realizar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O valor de R$ 719.539 contido nessa reserva corresponde ao saldo de lucro à disposição dos acionistas da Companhia, apurado após destinação dos dividendos mínimos obrigatórios. Esse montante é relativo à parcela do lucro líquido contabilizado em razão da remensuração realizada no momento da aquisição de participação acionária adicional pela Companhia na Brasil PCH, ocorrida em 1º de dezembro de 2021, correspondente a “lucro, rendimento ou ganho líquido em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte”, tendo como base o disposto no artigo 197, §1º, II, da Lei das Sociedades por Ações.

A alocação desses valores na reserva de lucros a realizar visa evitar que a Companhia fique obrigada a distribuir dividendos imediatamente, sem que, por outro lado, haja qualquer impedimento à reversão da reserva de lucros a realizar.

19.5. Dividendos a pagar

O estatuto social da Companhia dispõe que, observadas as diretrizes do Acordo de Acionistas da Companhia, compete ao Conselho de Administração, determinar o levantamento de balanços intermediários semestrais, trimestrais ou em qualquer outra periodicidade, bem como aprovar a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos exercícios:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	172.386	175.612
Dividendos adicionais aprovados (*)	157.732	162.303
Dividendos pagos	(40.000)	(42.159)
Saldo em 30 de junho de 2024	290.118	295.756
Saldo em 31 de dezembro de 2024	141.981	149.518
Dividendos adicionais aprovados (*)	135.040	139.068
Dividendos pagos	-	-
Saldo em 30 de junho de 2025	277.021	288.586

(*) Os dividendos adicionais foram aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Companhia, realizadas nos dias 29 de março de 2024 e 18 de março de 2025.

19.6. Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

O ajuste de avaliação patrimonial é representado pelos ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de "*hedge*" de fluxo de caixa, considerados efetivos da controlada Brasil PCH. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R$ 1.834 positivo (R$ 5.406 em 30 de junho de 2024) como perda de valor justo de instrumento de *hedge*.

19.7. Proposição de dividendos

A administração da Companhia propôs o pagamento aos acionistas de dividendos intermediários no montante de R$ 143.679, referentes ao resultado do período findo em 30 de junho de 2025 (R$ 131.863 em 30 de junho de 2025), condicionado à aprovação do Conselho de Administração.

20. LUCRO POR AÇÃO

Segue abaixo quadro que contém as informações consideradas pela Companhia para cálculo do lucro básico e diluído por ação. Importante destacar que a Companhia não possui instrumentos financeiros diluídos.

	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Lucro líquido do período	143.679	131.863	85.991	76.403
Lucro por ação básico e diluído:				
Quantidade média de ações em circulação	61.659.882	61.659.882	61.659.882	61.659.882
Lucro por ação básico e diluído (em R$)	2,3302	2,1386	1,3946	1,2391

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Receita bruta:				
Venda de energia elétrica	371.179	367.795	187.736	183.794
Ajustes (*):				
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	1.977	951	1.611	205
	373.156	368.746	189.347	183.999

	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Deduções à receita bruta:				
PIS e COFINS Corrente	(16.358)	(18.351)	(8.273)	(9.171)
PIS e COFINS Diferido	(71)	40	(59)	8
	(16.429)	(18.311)	(8.332)	(9.163)
Receita líquida de vendas	356.727	350.435	181.015	174.836

(*) Sendo suas controladas indiretas contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais (vide nota explicativa nº 1.1).

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora			
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Pessoal e administradores	(85)	(91)	(43)	(41)
Serviços de terceiros	(318)	(240)	(128)	(65)
Despesas administrativas e gerais	(29)	(25)	(11)	-
Tributos	(38)	(103)	(11)	(41)
	(470)	(459)	(193)	(147)

	Consolidado			
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Depreciação e amortização (*)	(43.437)	(43.864)	(21.238)	(20.885)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(13.790)	(13.223)	(6.933)	(6.611)
Pessoal e administradores	(15.979)	(15.647)	(7.962)	(7.859)
Manutenção	(5.581)	(3.721)	(2.754)	(2.103)
Serviços de terceiros	(2.088)	(2.140)	(1.057)	(1.068)
Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (EUSD)	(5.805)	(5.339)	(2.921)	(2.798)
Seguros	(4.969)	(5.873)	(2.484)	(2.936)
Operação	(1.633)	(951)	(1.038)	(624)
Meio Ambiente	(119)	(263)	(77)	(155)
Tributos	(194)	(250)	(66)	(120)
Ressarcimento do Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”) nº 03/2013 (**)	1.204	-	-	-
Taxas setoriais	(628)	(601)	(314)	(300)
Receita com indenização recebida (***)	442	-	-	-
Receita de arrendamento	3	-	3	-
Outras despesas, líquidas	(1.325)	(1.040)	(595)	(506)
	(93.899)	(92.912)	(47.436)	(45.965)
Custo das vendas de energia	(84.370)	(83.073)	(42.551)	(41.104)
Outras despesas, líquidas	(9.529)	(9.839)	(4.885)	(4.861)

(*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização e depreciação os créditos tributários de PIS/COFINS no montante de R$ 171, apurados em 30 de junho de 2025, (R$ 256 em 30 de junho de 2024) decorrentes de aquisição de imobilizado em função da modalidade de apuração do lucro tributário de sua controlada indiretas Santa Fé.

(**) Recebimento da ENBPar referente a devolução dos Encargo de Serviço de Sistema para fins de Segurança Energética (ESS-SE) cobrados pela Eletrobrás, em janeiro de 2014, conforme a Resolução nº 03/2013 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Esta resolução foi revogada posteriormente pela Lei 13.360/2016 anulando à imputação do rateio de ESS-SE aos agentes de geração.

(***) A receita de indenização recebida refere-se ao montante da indenização parcial de sua controlada indireta Calheiros relativo a sinistro.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros sobre debêntures	(43.843)	(46.486)	(15.541)	(18.187)
Custos de transação de debêntures	(1.360)	(1.361)	(681)	(681)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.296)	-	(7.580)	-
Custos sobre empréstimos e financiamentos	(167)	-	(84)	-
Outras despesas financeiras	(71)	(82)	(34)	(39)
Total	(59.737)	(47.929)	(23.920)	(18.907)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	780	2.042	433	746
Outras receitas financeiras	-	88	-	45
Total	780	2.130	433	791
Total	(58.957)	(45.799)	(23.487)	(18.116)

	Consolidado			
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros sobre debêntures	(88.609)	(100.647)	(33.025)	(40.743)
Custos de transação de debêntures	(2.639)	(2.641)	(1.320)	(1.320)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.779)	(6.319)	78	(1.471)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.296)	-	(7.580)	-
Custos sobre empréstimos e financiamentos	(167)	-	(84)	-
Outras despesas financeiras	(2.376)	(1.239)	(1.066)	(663)
Total	(111.866)	(110.846)	(42.997)	(44.197)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	7.488	7.309	3.525	3.424
Amortização ajuste a valor justo de debêntures	5.595	5.592	2.798	2.795
Outras receitas financeiras	2.264	356	594	170
Total	15.347	13.257	6.917	6.389
Total	(96.519)	(97.589)	(36.080)	(37.808)

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora			
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	143.679	131.863	85.991	76.403
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(48.851)	(44.833)	(29.237)	(25.977)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeito fiscal da equivalência patrimonial de controladas	69.056	60.561	37.288	32.186
Outros efeitos permanentes		-		-
Crédito tributário não constituído (*)	(20.205)	(15.728)	(8.051)	(6.209)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	-	-

	Consolidado			
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	166.309	159.934	97.502	91.063
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(56.545)	(54.378)	(33.151)	(30.961)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido (*)	74.734	65.454	38.079	43.339
Outros efeitos permanentes		53		53
Crédito tributário não constituído (*)	(36.279)	(35.412)	(13.769)	(24.910)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	(18.090)	(24.283)	(8.841)	(12.479)
Correntes	(23.765)	(30.051)	(11.659)	(15.352)
Diferidos	5.675	5.768	2.818	2.873

(*) A Jataí Energética S.A., controlada indireta da Companhia, alterou, para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2025, o regime fiscal de lucro real para lucro presumido.

(**) A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R$ 397.010 em 30 de junho de 2025 (R$ 337.583 em 31 de dezembro de 2024). Suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R$ 1.540.073 (R$ 1.496.950 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia e suas controladas BSB, Brasil PCH e PCHPAR não constituem imposto fiscal diferido ativo por não terem expectativa de geração de lucros futuros suficientes de forma a realizar o imposto diferido ativo.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 12, 13 e 14, no período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia constituiu passivo fiscal diferido em função da combinação de negócios ocorrida no exercício de 2021. Abaixo, é apresentada a composição do passivo fiscal diferido:

	30/06/2025	31/12/2024
Mais valia imobilizado	316.981	324.243
Mais valia intangível	1.335.363	1.350.560
Ajuste a valor justo de debêntures	(15.653)	(21.247)
	1.636.691	1.653.556
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto fiscal diferido	556.475	562.209

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, o Grupo avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 80% a 99% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 5 e nº 6.

Já quanto aos passivos, conforme saldos apurados em 30 de junho de 2025, o Grupo está exposto às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), em razão da atualização monetária prevista nos contratos da emissão de debêntures da Companhia, BSB e Brasil PCH e ao CDI em razão da atualização prevista na CCB.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade de o Grupo realizar os pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures, no volume, preço, e momento desejados. O Grupo mitiga o risco de liquidez ao qual está exposto por meio do monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas, bem como da manutenção de saldos aplicados passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabelas do risco de liquidez

A seguir, são apresentados os passivos financeiros não derivativos do Grupo e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados do Grupo, tendo como base a data mais próxima na qual o Grupo possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 30 de junho de 2025.

Consolidado	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos
Fornecedores	-	2.806	2.806	2.806	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (*)	14	1.452.093	1.539.679	53.414	408.742	1.077.523
Instrumento financeiro derivativo	14	51.495	57.730	6.300	28.979	22.451
Total		1.506.394	1.600.215	62.520	437.721	1.099.974

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal e juros registrado na data, desconsiderando os custos de transação e o ajuste a valor justo de debêntures constituído, conforme nota explicativa nº 14.

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que o Grupo não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros do Grupo, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Ativos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.835	4.071	91.074	113.229
Aplicações financeiras	6	1	205	45.667	13.800
Contas a receber	7	-	-	80.804	182.650
Depósitos judiciais	8	-	-	21.521	20.626
Impostos a recuperar	-	991	864	9.293	8.365
Outros ativos	-	1	-	284	107
Passivos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado:					
Fornecedores		98	7	2.646	1.539
Seguros a pagar		-	-	160	3.279
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	851.008	885.439	1.452.093	1.581.888
Mensurados pelo valor justo:					
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	14	-	-	51.495	62.037

Já no que se refere ao valor justo desses ativos e passivos financeiros, esse é calculado por meio da projeção do fluxo de caixa futuro do Grupo, tendo como base a projeção da curva da taxa de juros; na sequência, o montante é trazido a valor presente, valendo-se dos dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 30 de junho de 2025, ou da taxa calculada com base nas condições do pagamento do prêmio de resgate antecipado facultativo previsto nas escrituras de emissão de debêntures da Companhia, da BSB e da Brasil PCH, conforme o caso. Exceto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo valor justo estimado em 30 de junho de 2025 é de R$ 1.307.353 (Nível 2) (R$ 1.412.434 em 31 de dezembro de 2024), o valor justo dos demais ativos e passivos financeiros do Grupo é próximo do seu valor contábil.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais projetadas para o ano de 2025 (fonte Boletim Focus datado de 27 de junho de 2025) CDI (15,0%) e IPCA (5,20%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição 30/06/2025	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	5	91.074		-	-	-
Aplicação financeira	6	45.667		-	-	-
Empréstimo – CCB	14	(201.097)		-	-	-
Exposição ao CDI, líquida		(64.356)	Aumento do CDI + 1,39%	10.548	7.911	5.274
Debêntures – Eletroriver e BSB	14	(928.447)	Aumento do IPCA + 7,04%	-113.642	142.052	-170.463
Debêntures e swap – Brasil PCH	14	(378.886)	Aumento do IPCA + 8,2647	51.016	63.770	76.524

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

No período findo em 30 de junho de 2025, não houve transferência entre avaliação de valor justo entre o Nível 1 e Nível 2, nem entre Nível 2 e Nível 3.

Gestão de risco de capital

Considerando que o Grupo possui debêntures emitidas, ele está exposto ao risco de capital em virtude de sua alavancagem financeira que, embora proporcione oportunidades de retorno aos acionistas, aumenta a exposição do Grupo a possíveis oscilações nos resultados operacionais, fator que pode afetar o retorno sobre o patrimônio líquido.

Com o objetivo de mitigar essa exposição ao risco de capital, o Grupo monitora a dívida (debêntures) e seus indicadores financeiros de forma constante, bem como realiza análises de sensibilidade à variação das taxas de juros e dos fluxos de caixa, de modo a garantir a longevidade dos negócios da Companhia e a maximização do retorno aos acionistas.

Um dos mecanismos de monitoramento utilizado pelo Grupo é o índice de alavancagem financeira, que corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total, em que o endividamento líquido é equivalente ao saldo total das debêntures (incluindo o pagamento das parcelas no curto e no longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa; e o capital total é apurado através da soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido, excluídos os custos de capitação.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2025, comparados àqueles obtidos em 31 de dezembro de 2024, são:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota explicativa nº 14)	851.008	885.439	1.452.093	1.581.888
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa nº 5 e 6)	(9.836)	(4.276)	(136.741)	(127.029)
Total de caixa e equivalentes de caixa e dívida, líquido (a)	841.172	881.163	1.315.352	1.454.859
Total do patrimônio líquido	962.354	951.881	992.447	981.411
Total do capital (b)	1.803.526	1.833.044	2.307.799	2.436.270
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	47%	48%	57%	61%

26. COBERTURA DE SEGURO

Seguro “Directors & Officers” (D&O)

A Companhia renovou, para si e suas controladas (diretas e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2026, mantendo a cobertura no montante de R$70.000 (sendo a cobertura compartilhada em apólice única com outras companhias do Grupo).

Seguro de responsabilidade civil

As 13 SPEs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro com cobertura no valor de R$80.000, com vigência até 28 de abril de 2026, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

As 13 SPEs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro de risco operacional, no valor de R$ 328.000, com vigência até 27 de junho de 2026, para cobertura de indenizações por perdas e danos decorrentes de eventos adversos que afetem sua operação, englobando máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora	
	30/06/2025	30/06/2024
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	1.834	5.406
Constituição de dividendos a pagar	135.040	157.732
Constituição de dividendos a receber	188.083	201.449

	Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024
Reversão da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(62)	(502)
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	483	1.331
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(817)	(5.305)
Adição de imobilizado ainda não liquidada	339	135
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRRF e CSLL	8.622	8.434
Seguros a apropriar em contrapartida à rubrica de seguros a pagar	160	-
Transferência da provisão de riscos em contrapartida para a rubrica de fornecedores	415	-
Reversão da provisão do prêmio de risco hidrológico em contrapartida à rubrica de contas a receber de clientes	119.673	-
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	1.885	5.554
Constituição de dividendos a pagar	139.068	162.303

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 7 de julho de 2025, foi publicada no Diário Oficial da União a promulgação da Lei nº 15.097/2025, diploma que promove alterações relevantes na Lei nº 14.182/2021, em especial no que tange à prorrogação dos contratos vinculados ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que poderão ser prorrogados por 20 (vinte) anos, contados a partir da data de vencimento dos contratos atuais.

No ato de assinatura dos aditivos com ENBPar para prorrogação dos contratos atuais (i) o preço dos contratos será substituído pelo preço-teto do Leilão A-6 de 2019 para empreendimento sem outorga, corrigido pelo IPCA desde a data do leilão até a assinatura do aditivo, e será atualizado a partir disto pela variação anual do IPCA e não mais IGP-M. (ii) Os empreendimentos que aderirem à prorrogação não terão direito aos descontos da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição “TUSD”.

A Administração está avaliando a viabilidade econômica e os impactos regulatórios decorrentes da nova legislação para adesão ao novo procedimento do PROINFA por meio da assinatura dos aditivos contratuais.

29. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Grupo autorizou a emissão e divulgação dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 12 de agosto de 2025.

Composição do Conselho de Administração

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Presidente

Thiago Salles de Carvalho
Conselheiro - Vice - presidente

Augusto César Campos de Sousa Machado
Conselheiro

Composição da Diretoria

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Contador
Leandro Mariano Gonçalves
CRC MG-105896/O-1

Docusign Envelope ID: C545B0BF-1D04-4DEC-8039-8DA95EA6B005

ELETRORIVER

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

(i) Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, Diretor Presidente, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 02.598.620-010, expedida pela SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o nº 903.775.085-00, com endereço comercial na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010; e (ii) **Walter Nunes Seijo Neto**, Diretor de Relações com Investidores, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 05.846.392-52, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 891.023.715-53, com endereço comercial na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010, doravante denominados simplesmente "Declarantes", na qualidade de Diretores da **ELETRORIVER S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nºº555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob nº 01.968.293/0001-68 ("Companhia"), vêm, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarar que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras intermediárias da Companhia, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Salvador, 12 de agosto de 2025.

ELETRORIVER S.A.

DocuSigned by
Antônio Walter Pinheiro
Assinado por: ANTONIO WALTER DOS SANTOS PINHEIRO FILHO:90377508500
CPF: 90377508500
Data/Hora da Assinatura: 12/08/2025 11:26:54 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
A2D7C2169E69414...

ANTÔNIO WALTER DOS SANTOS PINHEIRO FILHO
Diretor Presidente

DocuSigned by
Walter Seijo
Assinado por: WALTER NUNES SEIJO NETO:89102371553
CPF: 89102371553
Data/Hora da Assinatura: 12/08/2025 13:27:29 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E9252294073445...

WALTER NUNES SEIJO NETO
Diretor de Relações com Investidores

DocuSigned by
MUDF
Assinado por: MAIRA LACORTE DE FREITAS

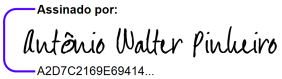
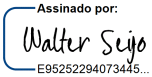
Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: C545B0BF-1D04-4DEC-8039-8DA95EA6B005
Status: Concluído
Assunto: Assinatura de Declaração da Diretoria de ELR - 12/08/2025 - GRI
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Assinaturas: 2
Certificar páginas: 5
Rubrica: 1
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Grupo Brasil PCH
Av. Prudente de Morais, 1250 – 10º e 11º andares
Coracao de Jesus
Belo Horizonte, Minas Gerais 30380-252
ged@brasilpch.com.br
Endereço IP: 187.111.20.66

Rastreamento de registros

Status: Original
12/08/2025 09:57:29
Portador: Grupo Brasil PCH
ged@brasilpch.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Maíra Lacôrte de Freitas mairafreitas@brasilpch.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor da assinatura: AC OAB G3 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 12/08/2025 10:04:31 ID: f177c684-dc38-464b-875c-947ca8be4184	Rubrica  Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 187.111.20.66	Enviado: 12/08/2025 09:59:38 Visualizado: 12/08/2025 10:04:31 Assinado: 12/08/2025 10:05:12
Antônio Walter Pinheiro walterpinheiro@minaspch.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 12/08/2025 11:24:44 ID: 873f161e-290e-46d2-a52b-03308a8ff6c6	Assinado por:  A2D7C2169E69414... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 152.244.211.93	Enviado: 12/08/2025 10:32:23 Visualizado: 12/08/2025 11:24:44 Assinado: 12/08/2025 11:26:58
Walter Seijo walterseijo@brasilpch.com.br Diretor Grupo Brasil PCH Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	Assinado por:  E95252294073445... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 187.111.20.66	Enviado: 12/08/2025 10:05:14 Visualizado: 12/08/2025 13:26:34 Assinado: 12/08/2025 13:27:33

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de cópia	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos com testemunhas	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos do tabelião	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos de resumo do envelope	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Envelope enviado	Com hash/criptografado	12/08/2025 09:59:38
Envelope atualizado	Segurança verificada	12/08/2025 10:32:23
Entrega certificada	Segurança verificada	12/08/2025 13:26:34
Assinatura concluída	Segurança verificada	12/08/2025 13:27:33
Concluído	Segurança verificada	12/08/2025 13:27:34
Eventos de pagamento	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Santa Fe Energetica S.A. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Santa Fe Energetica S.A.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To advise Santa Fe Energetica S.A. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Santa Fe Energetica S.A.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number.

To withdraw your consent with Santa Fe Energetica S.A.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. . .

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Santa Fe Energetica S.A. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Santa Fe Energetica S.A. during the course of your relationship with Santa Fe Energetica S.A..